

ATA DA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 22-6-2017.

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Sofia Cavedon. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 158/17 (Processo nº 1392/17), de autoria de André Carús; o Projeto de Lei do Legislativo nº 163/17 (Processo nº 1435/17), de autoria de Comandante Nádia; o Projeto de Lei do Legislativo nº 176/17 (Processo nº 1531/17), de autoria de João Carlos Nedel; e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 127 e 169/17 (Processos nºs 1099 e 1490/17), de autoria de Paulinho Motorista. A seguir, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado, nos termos do artigo 180, § 4º, do Regimento, a tratar das dificuldades enfrentadas pelo corpo de bombeiros em Porto Alegre. Compuseram a Mesa: Cassio Trogildo e Mauro Pinheiro, presidindo os trabalhos; Elemar Linei de Mello Fernandes, Pedro Ricardo Maron Burgel e Everton de Souza Dias, respectivamente Comandante do 1º Batalhão, Diretor Administrativo e Chefe da Assessoria de Comunicação do Corpo de Bombeiros. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, nos termos do artigo 180, § 4º, incisos I e II, do Regimento, a Pedro Ricardo Maron Burgel e a Elemar Linei de Mello Fernandes, que se pronunciaram sobre o tema em debate. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se José Freitas, Adeli Sell, Cassio Trogildo, Comandante Nádia, Cassiá Carpes, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga, Aldacir Oliboni e Paulinho Motorista. Após, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Pedro Ricardo Maron Burgel. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e quarenta minutos às dezesseis horas e quarenta e quatro minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Adeli Sell. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Moisés Maluco do Bem e Mônica Leal. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Prof. Alex Fraga e André Carús. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª Sessão, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 007/14, 013 e 006/17, este discutido por Reginaldo Pujol, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 240/16, 113, 122, 146, 149, 044/17, este discutido por Dr. Thiago e Dr. Goulart, 170, 171, 172, 173 e 174/17, estes cinco discutidos por Reginaldo Pujol, e os Projetos de Resolução nºs 063/16, 018 e 019/17. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Dr. Thiago, Fernanda Melchionna,

Luciano Marcantônio e Mônica Leal. Também, foi registrada a presença de Ednezer Flores, 2º Vice-Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil. Às dezessete horas e dezessete minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo, Mauro Pinheiro e Cláudio Janta e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a tratar das dificuldades enfrentadas pelo corpo de bombeiros nesta capital.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Elenir Linei de Mello Fernandes, Comandante do 1º Batalhão de Bombeiros Militar; o Sr. Pedro Ricardo Maron Burgel, Diretor Administrativo do Corpo de Bombeiros Militar; Sr. Everton de Souza Dias, Chefe da Assessoria de Comunicação do Corpo de Bombeiros Militar.

O Sr. Pedro Ricardo Maron Burgel, Diretor Administrativo do Corpo de Bombeiros Militar, está com a palavra.

O SR. PEDRO RICARDO MARON BURGEL: Boa tarde, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, gostaria de agradecer pela oportunidade de estar nesta Casa para falar da nossa instituição, Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul, que existe desde 2014, com a aprovação da Emenda nº 67. O Estado visa, com essa política pública, a desvincular o corpo de bombeiros da Brigada Militar. O corpo de bombeiros tem uma atividade diferente da de polícia e, com essa política pública, desenvolvida pelo Governo do Estado visa a melhor prestação de serviços do Corpo de Bombeiros. Nós, nesses 82 anos que estamos vinculados à Brigada Militar, estamos num momento mais difícil em termos de recursos humanos. Mas também há uma visão de que, com a gestão e a melhoria que deverá ocorrer com essa desvinculação, nós poderemos aperfeiçoar as atividades e as atribuições que temos no Corpo de Bombeiros junto à sociedade.

Nós sabemos que hoje a prevenção de incêndio é a missão principal que o Corpo de Bombeiros tem; e para todas essas questões nós temos que gerir a questão de recurso. Hoje, depois desses 82 anos, nós enfrentamos uma dificuldade muito grande na questão de recursos humanos, mas há os efetivos que estão se formando agora. Nós passamos, de novembro de 2016 até junho deste ano, com problemas nas questões – e todos os senhores acompanharam pela imprensa – da manutenção dos serviços que envolvem diversas frações em que o Corpo de Bombeiros tem no Estado do Rio Grande do Sul. Com o processo de distribuição dos efetivos que estão se formando no curso de formação agora, nós conseguimos minimizar essa questão em todas as regiões do

Estado, de forma que a gente possa atender dentro dos padrões mínimos estipulados pela organização.

Outra questão também que estamos aguardando para a efetivação da desvinculação da Brigada Militar é a aprovação das leis que estão na Assembleia Legislativa, o PL nº 278 e o PL nº 279. Com a aprovação desses dois projetos e a sanção por parte do Governador do Estado, nós teremos aí um período de transição de 180 dias. Aí nós vamos poder fazer a gestão dos recursos e buscar a melhoria do serviço para a sociedade gaúcha. Também há alguns projetos, processos que estão sendo desenvolvidos e que, em seguida, estaremos apresentando à sociedade, que é o planejamento estratégico do Corpo de Bombeiros e também outras gestões em relação à recursos humanos e à tecnologia da informação, que hoje, para nós, há um entendimento que é vital para que nós possamos desenvolver as atividades, desenvolver essas áreas de forma que iremos automatizar, agilizar o processo e poder redimensionar recursos humanos, que hoje estão na questão administrativa, para o operacional.

Bom, em termos gerais, seriam essas as informações que nós traríamos. Adiante o 1º Comandante do Batalhão de Bombeiros Militar de Porto Alegre trará mais especificamente as ações e atividades que estão sendo desenvolvidas, principalmente na área de prevenção de incêndio, de forma que possamos minimizar, em Porto Alegre, todo esse trabalho que executado pela seção de prevenção de incêndio do 1º Batalhão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradecemos ao Coronel Burgel e o convidamos a retornar à Mesa. O Major Elemar Linei de Mello Fernandes, Comandante do 1º Batalhão de Bombeiros Militar, está com a palavra.

O SR. ELEMAR LINEI DE MELLO FERNANDES: Boa tarde a todos, gostaria de, desde já, agradecer por este espaço cedido ao Corpo de Bombeiros de Porto Alegre, o 1º Batalhão de Bombeiros; pela proposição do Ver. José Freitas, por este espaço, ficamos bastante lisonjeados e agradecidos por homenagear toda uma classe trabalhadora, que trabalha em conjunto com todos os outros órgãos do Estado, do Município e da Federação para levar adiante principalmente o serviço de prevenção, que é o que hoje está nos dando um pouco de dor de cabeça, que todos nós, em conjunto, temos que resolver, temos que dar um retorno das nossas ações à comunidade. Primeiramente, vou fazer a leitura, se me permitem, de um breve histórico do Corpo de Bombeiros de Porto Alegre. Uma rápida leitura, depois eu sigo explanando a situação da prevenção em Porto Alegre: “Em 1º de março de 1895, durante a Revolução Federalista, foi instalada a Companhia de Bombeiros de Porto Alegre, com características militares, veículos movidos à tração animal, e administrada pelo próprio Município, que cobrava uma taxa juntamente com os impostos do comércio, da indústria, de proprietários de imóveis, além de um auxílio da Intendência Municipal e das companhias seguradoras contra o fogo. Com o efetivo de 17 homens, naquela época

17 legendários bombeiros, teve seu primeiro Comandante, o Sr. Norberto Garrido da Silva, e sua sede localizada na Av. Mauá com a Rua Dr. Flores. Em 27 de junho de 1935, o General Flores da Cunha, interventor do Governo do Estado, assinou o Decreto nº 5.985, criando o Corpo de Bombeiros do Estado, incorporando o Corpo de Bombeiros da Capital à Brigada Militar. Ainda em 1935, por meio do Decreto nº 6.083, de 1º de agosto, é aprovada a organização do Corpo de Bombeiros de Porto Alegre – CBPA, sendo designado para o comando o Tenente-Coronel Raimundo Astrogildo de Lima Bastos. Em toda a sua história o Corpo de Bombeiros de Porto Alegre, devido ao crescimento da Cidade e a reorganização da Brigada Militar, teve várias denominações: Corpo de Bombeiros de Porto Alegre, até 1969; 1º Batalhão de Bombeiros, em 1970; 1º Grupamento de Incêndio, em 1974; 1º Grupamento de Combate a Incêndio, em 1990; com a extinção do Comando Metropolitano de Bombeiros, 1º Comando Regional de Bombeiros; finalmente em julho de 2016, com aprovação da Lei de Organização Básica – LOB, pela Assembleia Legislativa, passou a fazer parte do Corpo de Bombeiros Militar do Estado – CBMRS, sendo então denominado 1º Batalhão de Bombeiros Militar. Esse é breve relato.

Este ano estamos comemorando 122 anos de criação do Corpo de Bombeiros, que foi criado em 1895. Podemos citar que o fato divisor de águas e que sobrecarregou o Corpo de Bombeiros, no assunto prevenção de incêndio, foi o advento da Lei Kiss, com aquele dia, em janeiro de 2013, que ceifou vidas de vários estudantes, na cidade de Santa Maria. No ano de 2014, foi criada, então, a Lei Kiss. Infelizmente a história nos mostra e nos prova que os avanços na prevenção de incêndio no Estado e no País procederam após tragédias. Nós podemos citar que nos anos de 1970, em 1976 mais precisamente, aqueles incêndios ocorridos em São Paulo, com o edifício Andraus e com o edifício Joelma. Até aquele ano, se tinha pouca legislação contra incêndio. E a legislação contra incêndio no Brasil avançou devido àquela tragédia.

Aqui no Estado, foi criada, em 1997, a Lei de Prevenção Contra Incêndio, até então, não se tinha uma lei estadual. Anterior a 1997, as legislações que regulavam a prevenção contra incêndio eram municipais. Em 1997, então, foi editada a Lei de Prevenção, onde se teve algum avanço na prevenção. Com o advento do ocorrido em Santa Maria, em 2013, foi aprovada em 2014 a Lei Kiss. O que aconteceu após a aprovação da Lei Kiss? Nós tivemos um aumento considerável no número de proprietários de estabelecimentos querendo regularizar a sua empresa, seu prédio, com a prevenção contra incêndio. Isso aí criou uma demanda muito grande de PPCIs nos quartéis do Estado, coisa que o Corpo de Bombeiros não estava pronto para dar conta de toda essa quantidade de PPCIs. O Interior do Estado, de 2014 para cá, deu conta e conseguiu aprovar num espaço mais rápido os PPCIs – eu digo nas análises dos PPCIs e na vistoria dos prédios para a concessão dos alvarás. Em Porto Alegre, nós não tivemos estrutura suficiente para dar conta. Hoje, nós temos um passivo de PPCIs a serem aprovados em torno de 4 mil em Porto Alegre. O que nós estamos fazendo para tentar resolver? E estamos conseguindo. Desde o início do ano de 2017, o Corpo de Bombeiros de Porto Alegre, com o auxílio do Comando Geral de Bombeiros do Estado e de Batalhões do Interior, estamos promovendo ações para minimizar e resolver o

problema de Porto Alegre. Sobre as forças-tarefas, nós estamos agora na terceira fase da força-tarefa, chamamos de força-tarefa contagem regressiva. Tivemos a primeira edição dessa força-tarefa contagem regressiva no mês de março, quando foram feitas ações internas no Corpo de Bombeiros de Porto Alegre, remodelando estrutura, relocando efetivo, mas precisamente para a seção de prevenção, onde nós resolvemos um problema que tínhamos naquelas filas que todos os senhores já ouviram falar, nas filas de proprietários, de pessoas procurando o Corpo de Bombeiros e não tendo espaço para protocolar os seus PPCIs. Nós, com essa primeira fase da operação, resolvemos o problema. Hoje nós abrimos para atendimento ao público das 7h às 19h, então são 12 horas de atendimento. Conseguimos dar conta de todas aquelas pessoas que nos procuram, quer dizer que não tem mais filas no quartel; conseguimos dar atendimento a todas as pessoas que nos procuram. Hoje é ao contrário: das filas que nós tínhamos, hoje temos pessoas que marcam atendimento e não vão nos procurar. Marcam atendimento, marcam hora e não vão nos procurar. Então, esse problema nós resolvemos, que é o problema do protocolo. Nós temos duas formas de atendimento, ou por agendamento eletrônico, que é no *site* do Corpo de Bombeiros, ou diretamente no balcão. Então, esse problema nós descartamos, não há mais. Todas as pessoas que são que nos procuram são atendidas no quartel.

A segunda fase da operação contagem regressiva ocorreu no mês de abril, que nós recebemos apoio também... Com o apoio do Comando-Geral dos Bombeiros e dos batalhões do Interior do Estado, recebemos apoio para realização das vistorias nos prédios, quer dizer, todos aqueles PPCIs que estavam aprovados estavam aguardando somente a vistoria do Corpo de Bombeiros para liberação do alvará. Durante o mês de abril nós zeramos as vistorias e conseguimos, a partir daí, com o efetivo do Batalhão, dar conta, e hoje nós estamos com prazo assim: ao PPC que é protocolado para vistoria, para cassação de alvará, num prazo máximo de 15 dias, conseguimos realizar a vistoria e conceder alvará. Esta foi a segunda fase resolvida.

Estamos agora com a terceira fase da Operação Contagem Regressiva. O nosso objetivo é resolver o problema da prevenção em Porto Alegre. O que é essa terceira fase da força-tarefa da operação Contagem Regressiva? Também com o apoio do Comando Geral, com o apoio dos comandos do Interior do Estado, iniciou, na segunda-feira passada, um atendimento especial na análise dos PPCIs. Hoje esse é o nosso principal problema. Nós temos um passivo de pouco mais de quatro mil PPCIs para serem analisados. O nosso objetivo, ao final dessa força-tarefa, que deve durar em torno de 30 dias, é zerarmos o passivo, realizarmos a análise desses mais de quatro mil PPCIs e concedermos o certificado de aprovação – para depois partir para a vistoria – do plano na quantidade maior que nós pudermos. Claro que não está somente na responsabilidade do Corpo de Bombeiros, também é responsabilidade dos responsáveis técnicos, que são os engenheiros que elaboram os PPCIs para que executem de forma correta, de acordo com o que a legislação determina. Aqueles que são analisados e encontrados erros de documentação são devolvidos para que sejam corrigidos e protocolados novamente. A nossa ideia é de que, encontrados os erros de análise, eles sejam devolvidos para os proprietários e para os responsáveis técnicos, corrigidos,

protocolados novamente e dentro desse prazo de 30 dias nós possamos aprovar. Então não vai depender somente do Corpo de Bombeiros, vai depender também do empenho dos responsáveis técnicos, dos engenheiros e proprietários para corrigir e devolver para que nós consigamos avançar.

A partir daí, com o efetivo do quartel, nós daremos conta. Fizemos alguns ajustes no quartel, modificamos salas, derrubamos paredes, unificamos o pessoal num setor único. Nós estamos tomando todas aquelas ações necessárias para que a nossa parte, a missão do Corpo de Bombeiros, seja resolvida. Só lembrando que a missão da prevenção não é somente do Corpo de Bombeiros, ela é uma missão de todos nós, como cidadãos, das forças vivas, dos órgãos públicos, dos proprietários de estabelecimentos, dos profissionais da área de engenharia e arquitetura, que são aqueles que elaboram os PPCIs, então todos nós somos responsáveis. Infelizmente, nós tivemos, na data de ontem, um incêndio na Azenha, onde quatro estabelecimentos foram atingidos por fogo e tiveram queima total. Era um prédio único, e o proprietário locava aqueles espaços para vários tipos de negócios, tinha uma floricultura, uma casa lotérica, variadas ocupações. Ocorre que aquele prédio não tinha PPCI, não estava de acordo com a legislação de prevenção. E a culpa é do bombeiro? O proprietário não sabia que ele deveria se adequar à legislação? Então nós contamos com o apoio dos senhores, como integrantes do órgão Legislativo Municipal, também fiscalizadores, para nos auxiliar a promover, a divulgar, a difundir a ideia e o sistema de prevenção para todos. Todos nós somos responsáveis. O Corpo de Bombeiros tem a função de fiscalizar e de emitir o alvará, mas é muito cômodo para um proprietário dizer que o Corpo de Bombeiros não foi procurá-lo. Mas não é o Corpo de Bombeiros que tem que ir até lá! Essa é a conscientização e a mudança cultural que nós devemos ter, todos nós somos responsáveis, todos nós temos a nossa parcela. O Corpo de Bombeiros, na limitação que nós temos de estrutura, de efetivo e ao que o Governo do Estado pode nos alcançar, nós estamos fazendo todo o máximo possível para dar conta e tentar resolver a nossa parte.

Não me alongando e já agradecendo mais uma vez por essa homenagem, colocamo-nos à disposição para qualquer dúvida, tanto agora quanto no Quartel, na sede do 1º Batalhão, para qualquer dúvida ou contribuição que possa haver junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Major Elemar. O Ver. José Freitas está com a palavra em Comunicações.

O SR. JOSÉ FREITAS: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Nós propomos, Presidente, essa temática, por saber das dificuldades que o Corpo de Bombeiros, um órgão tão importante, enfrenta no seu dia a dia.

No próximo dia 2 de julho é o Dia do Bombeiro, e nada mais justo do que trazer a esta tribuna a importância das ações realizadas e dificuldades enfrentadas por esta que é uma das profissões mais essenciais para toda população. Em Porto Alegre

existem aproximadamente 300 bombeiros atuando em cerca de 9 unidades na Capital, esses heróis brasileiros que arriscam suas vidas para proteger as pessoas, as cidades e as florestas do risco de incêndio. Além de apagar incêndios, os bombeiros também desenvolvem vários projetos sociais e educativos com o objetivo de tentar melhorar a qualidade de vida de determinada comunidade. Os bombeiros também ajudam a socorrer animais em perigo, a auxiliar pessoas que enfrentam situações de grande *stress*, como tentativas de suicídio, afogamentos, desaparecimentos e traumas provocados por acidentes. As guarnições do Corpo de Bombeiros são várias, em diferentes pontos da Cidade, estão sempre prontos a correr para onde se faça necessária sua ação, quer para debelar incêndios, quer para salvar vidas, porém, também enfrentam muitas dificuldades, como a combinação de esgotamento de horas-extras e *déficit* de efetivo. Por isso, é pertinente que nós, Vereadores, possamos buscar juntamente com a entidade alternativas de melhorias no efetivo e nas horas trabalhadas. Nossa Cidade precisa de uma corporação que seja plena no exercício de suas funções e assista a população de forma consistente. Parabéns a todos os servidores do Quadro. E que continue a servir nossa Cidade com o mesmo comprometimento e amor à profissão que transparecem. Inclusive, Presidente Cassio, o Vice-Lider do Governo, que se encontra aqui, o Ver. Moisés Maluco do Bem, que assim como o Prefeito, fez uma parceria com a Brigada Militar, ele poderia muito bem também fazer com o Corpo de Bombeiros, até para ajudar nesse passivo que ainda existe. O Major à frente do Batalhão está fazendo um excelente trabalho, mas seria bom que a Prefeitura se engajasse também para que pudesse ajudar, então, a corporação. Essa é uma ideia que o Senhor pode transmitir para o Prefeito. Quero desejar, aos dois Majores, ao Coronel, quero desejar vida longa ao Corpo de Bombeiros, contem com esta Casa, conte conosco. Eu gostaria, Presidente, que no final o senhor me ajudasse a entregar aos bombeiros – eu quero agradecer aqui ao meu gabinete que confeccionaram – a placa em homenagem aos bombeiros pela passagem do seu aniversário no próximo dia 2 de julho. Eu vou ler o que nós colocamos nesta placa: “Disseram que os anjos precisam ter asas. Os servidores do Corpo de Bombeiros militares estão presentes em nosso dia a dia como anjos dedicados a arriscar suas vidas para nos salvar. Parabéns a todos os bombeiros pelo comprometimento. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver. José Freitas. Ao final do período de Comunicações, faremos a entrega. O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Foi de uma grande satisfação poder ouvi-los neste momento, nos antecipando ao 2 de julho. Nós temos que falar do papel do Corpo de Bombeiros, nascido, como V. Exa. já colocou, Tenente-Coronel, em 1895, quando Alfredo Azevedo era Prefeito de Porto Alegre. Em alguns momentos da história de Porto Alegre, se

tivéssemos um Corpo de Bombeiros devidamente equipado com mais pessoas trabalhando, nós talvez teríamos evitado algumas grandes tragédias, e outras teriam sido menores, apesar do afinco e da dedicação que a gente viu naquela tarde, quando as Lojas Renner pegaram fogo. Naquele momento, a gente viu a bravura do Corpo de Bombeiros e, mesmo assim, foi uma grande tragédia. Mas eu não posso deixar de mencionar aqui o incêndio do Grande Hotel. Já era um prédio de escritórios, mais de 150 escritórios, que, em 1967, foi dizimado, em pleno Centro de Porto Alegre, na esquina da Rua dos Andradas com a Rua Caldas Júnior. Não posso esquecer, em 1949, foi o nosso Tribunal de Justiça que simplesmente desapareceu no Centro Histórico de nossa Cidade. Estes dois episódios, a queima do Tribunal de Justiça em 1949, a queima do Grande Hotel em 1967, não podem ser esquecidos, porque nós acabamos tendo uma perda incomensurável como foi uma perda incomensurável a das vidas que foram ceifadas no episódio Renner apesar de todo trabalho e esforço do Corpo de Bombeiros.

Meus convidados do Corpo de Bombeiros, o primeiro nome de rua que eu dei em Porto Alegre, não foram tantos, foi para homenagear o Capitão Pedroso, que é nome de rua lá na Restinga, que foi um bravo colega de vocês, do Corpo de Bombeiros. Essa é uma homenagem que também eu fiz e continuo fazendo a esta corporação tão valorosa. Eu sempre achei que o Corpo de Bombeiros deveria ser independente, não ser um órgão vinculado ao Comando da Brigada Militar. Por mais respeito que eu tenha pela Brigada Militar, aqui está a Comandante Nádia e outros que sabem do meu apreço; no entanto, o Corpo de Bombeiros tem que ter uma estrutura própria, independente, com recursos públicos. É claro que nós não vamos dizer que não possa ter um fundo, como o que nós aqui construímos – e eu participei ativamente da construção –, o Funrebom, que foi extremamente importante, é importante, mas não podemos esquecer que, para salvar vidas, Comandante Nádia, para que possamos pensar na preservação, não apenas no caso de incêndio... O Corpo de Bombeiros é muito mais conhecido como os homens de fogo, até porque, em algumas línguas, como no inglês, é isso que significa – *fireman* é homem do fogo –, mas, como já foi dito pelo colega Freitas, o Corpo de Bombeiros está presente em atividades desde as de solidariedade até atividades múltiplas de salvamento, então tem um papel importante. Eu queria me engajar, junto com outros colegas, inclusive muito bem instigados pelo Freitas, na questão de ajudar a aumentar o efetivo do Corpo de Bombeiros, que nós façamos campanha. Eu até queria propor ao Presidente que pudéssemos, Presidente, articular uma carta a partir da visita do Corpo de Bombeiros à Câmara, que a Mesa Diretora, Cassio Trogildo, pudesse construir uma carta, em nome de todos os Vereadores, que fosse, na semana que vem, assinada por todos os 36 Vereadores – V. Exa. pode puxar isso pela Mesa Diretora –, e que nós pudéssemos entregar isso numa audiência ao Governo do Estado – não sei se meus colegas e minhas colegas concordam –, porque acho que, às vezes, muito mais do que um ato ou uma mobilização, um documento de uma Câmara Municipal pode ter um peso expressivo, e talvez nós pudéssemos, Ver. Freitas, fazer um chamado à União dos Vereadores do Rio Grande do Sul – UVERGS e à Famurs. Ver. Mauro Pinheiro, V. Exa. é da Mesa Diretora, podemos fazer um movimento junto à UVERGS e à Famurs para que em cada Município surja um

documento, uma manifestação ao Governo do Estado para que nós tenhamos aumento do efetivo, que nós façamos uma campanha efetiva para que tenhamos os devidos recursos para o Corpo de Bombeiros. É a minha modesta contribuição para que o Corpo de Bombeiros avance cada vez mais, cumpra o seu papel social e o seu papel humanitário.

Para concluir, a questão dos PPCIs. Nós sabemos do drama e nós queremos aqui dizer, porque nós somos um órgão legislativo: às vezes as leis complicam, às vezes é mais fácil simplificar uma legislação, torná-la mais efetiva, menos burocrática, mas os senhores têm que ter mais técnicos, mais profissionais, especificamente, agora, para essa área, porque estão assumindo um papel que não era da vossa corporação, pelo menos não na sua integralidade. Pela independência do segmento Corpo de Bombeiros, com um corpo seu, próprio, com os devidos recursos e com apoio em cada municipalidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra em Comunicações.

O SR. CASSIO TROGILDO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero também que levem um abraço ao Comandante-Geral, Coronel Adriano Krukoski, que, conforme eu comentava com o Coronel Gurgel, era o chefe da seção de licenciamento de Porto Alegre quando eu fui Secretário Municipal de Obras. Ver. José Freitas, quando Secretário Municipal de Obras, uma das primeiras coisas que eu aprendi na lida com o próprio Corpo de Bombeiros e com a legislação é que os planos são de prevenção e de combate. Primeiro, são de prevenção, para fazer com que se atenuem a possibilidade de ocorrência dos sinistros; depois, são de combate ao incêndio, Ver. Wambert, que é quando acontecem os sinistros – aí, é outro momento. Quando na Secretaria de Obras – o Ver. Cassiá Carpes também foi Secretário de Obras, depois o Ver. Mauro Zacher –, em Porto Alegre, nós tínhamos um convênio, Ver. Matheus, com a Prefeitura e com o Corpo de Bombeiros, em que a Prefeitura era responsável, Ver. Paulo Brum, Líder do meu partido, pela parte de prevenção ligada às questões urbanísticas do prédio, como distâncias a percorrer, rotas de fuga. Essa avaliação era feita, Ver. Moisés, na aprovação do projeto arquitetônico, e toda a parte dos equipamentos era avaliada pelos Bombeiros. Mas os Bombeiros sempre tiveram a prerrogativa do conjunto dessas atribuições. Só que, através de um convênio, Porto Alegre, entre aspas, dividia essa responsabilidade.

Com o advento da boate Kiss, e, quando se fala nisso, as legislações surgem ou são alteradas, infelizmente, a partir das grandes tragédias. No Brasil, os Planos de Combate e Prevenção de Incêndios nasceram a partir das grandes tragédias na década de 70. O incêndio do edifício Joelma, Ver. Sofia, em São Paulo; o incêndio da Loja

Renner, em Porto Alegre, fizeram com que, nacionalmente, começassem a surgir os Planos Municipais de Combate e Prevenção de Incêndios, e não foi diferente em Porto Alegre, que sempre teve um código bastante aprofundado, inclusive na avaliação do próprio Corpo de Bombeiros.

Quando eu cheguei aqui na Câmara, logo em seguida houve a tragédia da boate Kiss. E eu propus uma comissão especial nesta Casa para que trabalhasse o código e o licenciamento do Plano de Combate e Prevenção de Incêndios. Mais recentemente, tivemos a Lei Kiss pela Assembleia Legislativa. O certo é que precisamos aumentar a fiscalização. Ontem fiquei sabendo que foram cinco ex-Secretários da Indústria e Comércio que é o que fiscaliza o alvará de funcionamento e, para tê-lo, tem que ter o alvará do Corpo de Bombeiros que deve estar fixado na parede de cada atividade econômica. O alvará dá a legalidade da prevenção ao incêndio e diz inclusive quantas pessoas podem estar naquele ambiente, que é o grande problema das atividades mais complexas, como o caso da boate Kiss.

Para finalizar, essa questão da fiscalização tem que ser uma responsabilidade de todos. Porque pode um empreendedor aprovar o prédio em um dia, ter carta de habitação, ter alvará dos bombeiros e, no dia seguinte, ele faz alteração e coloca toda a utilização daquele prédio e as vidas em risco. Então eu acho que todas as prefeituras podem e devem ajudar muito na fiscalização e a população como um todo. Nós precisamos fazer com que a população se aproprie do regimento, que a população cuide, quando chega a um restaurante, quando a juventude vai numa casa noturna, se lá está afixado o alvará de Bombeiros, e o número de pessoas que comporta. Se desconfiar, acione os Bombeiros, que tenha certeza que logo em seguida farão a conferência. Muito obrigado, um grande abraço e muito mais sucesso ao Corpo de Bombeiros do Estado do Rio Grande do Sul.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero dizer que a tragédia da Boate Kiss fez com que os Bombeiros fossem massacrados ali. Mas a gente tem que sempre fazer uma grande análise nos problemas que acontecem, nas ocorrências, nos sinistros, e a co-responsabilidade sempre tem que ser chamada à consciência das pessoas. Como bem falou o Melo aqui, a questão de Corpo de Bombeiros, a questão de prevenção, a questão de incêndios, não diz somente ao Corpo de Bombeiros, seja ele militar, seja ele civil, seja ele misto. Mas diz respeito a todas as pessoas, a todos os entes que têm sim, na sua competência, a segurança. A segurança das pessoas que não diz respeito apenas à segurança, enquanto o policiamento ostensivo. Mas mais, primeiro diz respeito aos locais em que deve haver toda uma prevenção, para que ali não ocorra um incêndio, e que pessoas não percam as suas vidas. E ali foi um grande ensinamento, com a morte daqueles vários jovens, nós

vimos o quanto o Rio Grande do Sul estava aquém das suas leis e aquém também das suas leis e aquém também das suas responsabilidades; o caso de incêndio, o caso de prevenção diz respeito a todos nós. Eu acho que – gostaria até de ver outras pessoas que tenham em sua casa um extintor de incêndio, na minha casa eu tenho três, talvez, porque meu esposo seja Major do Corpo de Bombeiros – as casas deveriam ter extintores de incêndio, e hoje nós não vemos essa preocupação das pessoas. e quando a tragédia se dá, o grande problema sempre é das instituições que são responsabilizada. Dizer que os bombeiros são socorristas, são emergencistas, são professores porque ensinam e tentam passar a questão ao respeito da prevenção a todas as pessoas para que eles não precisem salvá-las. Ser bombeiro é o maior exemplo de ser altruísta, profissional dedicado porque quando todas as pessoas correm para longe daquele prédio, daquela casa que está em fogo, são esses homens e essas mulheres que correm exatamente em direção ao fogo e ao incêndio para salvar vidas. Para ostentar esta farda, senhores – há pouco o meu colega Ver. Wambert perguntou: “É bombeiro estadual?” Eu disse: sim, são bombeiros estaduais. “Mas trocaram a farda?” Sim, trocaram a farda porque estão se separando da Brigada Militar –, é preciso ter mais do que sonhos, é preciso ter coragem como ninguém para ir aonde as pessoas não vão, quando tem incêndio. É preciso ter coragem para colocar as suas vidas em risco, e por isso que eu parabeno o colega Ver. Freitas por essa homenagem, por trazer esses nossos heróis do fogo aqui na Câmara de Vereadores para serem homenageados pelos 122 anos de serviço bem cumprido, de terem, sim, esse altruísmo e dedicação para Comissão o povo de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. Também coaduno, Presidente, com a sugestão do caro Ver. Adeli Sell de fazermos, somos 36 Vereadores com força, com representatividade, uma carta encaminhando ao Sr. Governador Ivo Sartori de que temos de ter um olhar mais bondoso para com o nosso corpo de bombeiros, efetivo é necessário assim como a parte de infraestrutura que esses homens e mulheres necessitam. Só tenho a dizer ao Corpo de Bombeiros que aqui se encontra que leve aos efetivos de Porto Alegre os meus cumprimentos pelo trabalho realizado, pelo que já fizeram, pelo que estão fazendo e por tudo ainda que terão que fazer nessa nova caminhada, separados da Brigada Militar. Vida longa ao Corpo de Bombeiros. Parabéns.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações.

O SR. CASSIÁ CARPES: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Acho que é um momento importante para todos nós homenagearmos esses heróis, porque os Bombeiros são os verdadeiros heróis. Quero saudá-los e dizer que quando Deputado, foi que surgiu lá a ideia do projeto de independência dos Bombeiros;

naturalmente, o Presidente da Associação de vocês, o Ubirajara – não sei se ainda é o Presidente –, lutou bastante e houve praticamente um consenso na Assembleia Legislativa para que houvesse a independência, o desmembramento da Brigada. Mas aí veio a crise e tenho certeza que atrapalhou um pouco, mas agora me parece que vai ser votado o projeto. Havia uma grande discussão, devido à crise, para a formação de mais outros coronéis, e nesse desenrolar, muitas sedes dos Bombeiros fecharam. A sede dos Bombeiros ali do meu bairro, Teresópolis, fechou; ou seja, vocês foram perdendo companheiros, foram perdendo corporações. Então, fala-se aqui que a Prefeitura deve participar, sim, porque se eu for analisar friamente, parece-me que é uma vontade dos governos enfraquecer os Bombeiros e, automaticamente, acreditar nos Bombeiros voluntários ou os Bombeiros do Município, com tarefa e custo para o Município. Então, muito cuidado, está se perdendo essa condição nesse ato que teve aí. Mas há intenção – parece que a Assembleia Legislativa já está com projeto lá para votar – e isso vai consolidar, há um bom senso, portanto, pela importância de vocês. Aquilo que aconteceu na Boate Kiss, naquele momento tentaram macular os bombeiros dizendo que eles eram os culpados, o caso do PPCI. Olha, a responsabilidade de dar um PPCI é muito grande. Às vezes, a gente sente aqui e na Assembleia que os bombeiros está amarrando, não dão o PPCI. Olha a situação, a responsabilidade! Parece que ontem ocorreu mais um incêndio, na Azenha, porque muitos comerciantes não tinham seus aparelhos, as condições de operar perfeitamente, porque fica todo mundo com medo. “Olha, eu não vou falar disso, está faltando isso aí, porque eu vou chegar lá e não vão me dar o PPCI.”

Com experiência de quem foi Deputado, Secretário e Vereador, sempre a parceria foi muito bem-vinda – o Cassio inclusive esteve lá –, e ganhamos todos nós. Temos que tirar esse medo para o empresário de quem quer investir, que quer geração de emprego, de que o PPCI é um transtorno. Essa, no momento é a ideia de que está se passando; não é. O PPCI é uma responsabilidade muito grande dos bombeiros, por isso a lei já foi mudada, duas vezes: aquela que seria não é mais e outra está sendo implementada para fazer com que os bombeiros tenham tranquilidade também, porque é uma responsabilidade muito grande. O desenvolvimento vem junto, mas e a responsabilidade? A sociedade, nós reconhecemos os bombeiros como uma das instituições melhor credenciada, melhor avaliada no País em termos de credibilidade, e isso é muito importante.

Nós, aqui no Rio Grande do Sul, nos sentimos orgulhosos de vocês. É uma instituição valorosa, uma instituição que, se não faz mais, é porque não dão condições, mas faz aquilo que é necessário e muito mais para proteger a nossa Capital.

Então, junto com meus colegas – o Ferronato repassa essa nossa gratidão a todos vocês –, queremos agradecer ao Ver. Freitas que traz uma instituição que nós reverenciamos, que entendemos que é fundamental para a sociedade – quem não tem Bombeiro perde muito. Queremos bombeiros qualificados e vocês são qualificadíssimos. Os governos têm que entender que fortalecer essa instituição para que vocês possam fazer aquele trabalho essencial da sociedade, protegendo-a dessas questões que já foram citadas aqui, de incêndios bárbaros, onde perdemos irmãos,

perdemos pessoas. Enfim, parabéns para vocês porque reconheço, desde a Assembleia, desde quando Vereador, desde quando Secretário, a potencialidade de vocês e a credibilidade de vocês perante a sociedade. Parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações.

A SRA. MÔNICA LEAL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Parabéns pelo maravilhoso trabalho de vocês, nossos anjos da guarda. Eu teria tantas coisas para dizer, para agradecer, para mostrar para a população o quanto vocês trabalham, ajudam em enchentes, correm risco pela segurança em benefício de todos, e nesta semana mesmo nós tivemos um incêndio, no bairro Azenha, de quatro lojas, quatro estabelecimentos comerciais e, por mais absurdo que pareça, os quatro estabelecimentos destruídos não tinham o Plano de Prevenção Contra Incêndio. Eu não posso deixar de registrar aqui que só reforça a minha certeza quando eu entrei com um projeto de lei nesta Casa com o objetivo de vistorias periódicas nos estabelecimentos comerciais, que foi aprovado por 17 votos, que tramitou e foi aprovado em todas as Comissões, ele tinha como objetivo a segurança preventiva. O que eu queria fazer com isso? Justamente esses estabelecimentos que, com o passar do tempo, vão fazendo reformas ou que necessitam de averiguações na parte hidráulica, elétrica, que isso acontecesse na cidade de Porto Alegre, que justamente essas vistorias trabalhassem na segurança preventiva. Eu propus porque inexistia um sistema de vistoria periódica nas edificações, mas, infelizmente, o Executivo achou por bem vetar este projeto por questões financeiras. Vejam bem, esta Vereadora que muitas vezes, na grande maioria, tem como causa a segurança, também trabalha pela segurança preventiva. Eu lamento muito que isso tenha acontecido na cidade de Porto Alegre, mas quero dizer, falando em coisas boas, que só não estamos pior, não estamos em maior risco, justamente pela dedicação e pelo trabalho que vocês desempenham.

Desde o início fui a favor da separação do corpo de bombeiros da Brigada Militar, e sei que já de direito, mas não existe de fato, pelo que a gente pode acompanhar, o que dificulta muito. Tem essa desvinculação, mas a estrutura, de fato, não acontece. Essas duas leis adicionais estão faltando serem aprovadas. Se não me falha a memória, já se vão três anos. Vereador Adeli Sell, acho que os nossos objetivos, as nossas causas, mais uma vez, têm que sobrepor siglas partidárias, ideologias políticas. Nós precisamos rumar ao Palácio Piratini, à Assembleia Legislativa, enfim, compartilhar desse sentimento de que os bombeiros precisam urgentemente dessa situação resolvida. Eu me coloco à inteira disposição, como Líder da Bancada do Partido Progressista, em nome dos Vereadores Cassiá Carpes, Matheus Ayres, João Carlos Nedel. Estaremos sempre prontos, podem contar sempre com o nosso apoio em tudo que estiver ao nosso alcance, dentro das possibilidades legais. Por favor, será um

prazer ajudá-los porque, desta forma, estaremos contribuindo, ajudando os porto-alegrenses. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Comunicações.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu falo em nome dos meus colegas de partido, Ver. Roberto Robaina e Ver.^a Fernanda Melchionna. O nosso partido, o PSOL, desde o princípio, tem defendido a questão da separação entre a Brigada Militar e o Corpo de Bombeiros. Acreditamos que cada instituição precisa ter independência para se autogerenciar, tanto com recursos humanos, tanto com verbas, tanto com a organização e a capacitação do seu efetivo.

Nós também apoiamos integralmente as carreiras públicas e o funcionalismo público, o qual muito tem sido atacado nos últimos tempos. Infelizmente, muitos segmentos da sociedade veem com maus olhos o funcionalismo público e os serviços públicos prestados por esses agentes, demonizando e desqualificando. Muitos não sabem da doação que é feita pelo servidor; e destaco o Corpo de Bombeiros e os seus servidores como exemplo característico disso, porque é doação. Colocar a sua vida em risco, em prol da ajuda e salvamento de outras vidas é uma atitude extremamente nobre. A doação que se faz em prol da segurança de outros, do atendimento aos acidentados. Vou dar um exemplo: há dois anos, meu pai sofreu um acidente e ficou preso às ferragens do automóvel e foi, justamente, removido das ferragens pelo Corpo de Bombeiros. Então, agradeço muito à Corporação e presto todo o meu apoio a vocês, servidores, e aos seus serviços.

Saúdo também, com bastante entusiasmo e alegria, a força-tarefa que vocês têm em termos de organização interna para agilizar a liberação das licenças e vistorias nos prédios. Entristece-nos demais sabermos que na nossa Capital, no Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, temos mais de 80% das nossas escolas de educação infantil particulares atuando de forma irregular. Isso é lamentável! A burocracia que há no Município emperra muitas liberações, e nós temos aí, de certa forma, a segurança de nossas crianças colocadas em risco.

Portanto, eu reitero o que foi falado, anteriormente, nesta tribuna: é necessário, sim, que a Prefeitura e o Corpo de Bombeiros façam uma parceria justamente para agilizar esses processos, para que nós possamos dar regularidade e segurança à população atendida, principalmente nas nossas escolas de educação infantil.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu agradeço, Prof. Alex, pois vou ter que retirar a minha inscrição, pois tenho um tema agudo no Ministério Público que devo acompanhar na sequência. Mas eu não quero deixar de cumprimentar, o Ver. Adeli já falou, a presença do Comando dos Bombeiros da Capital. Quero dizer que nós nos somamos aos elogios e à necessidade

urgente de concluir-se legalmente essa separação iniciada no Governo Tarso. E quero levantar também a preocupação do destino desse posto do cais do porto, que atende o Centro Histórico da Cidade, que é da Companhia Especial de Busca e Salvamento do Corpo de Bombeiros. Que o projeto cais do porto tenha a responsabilidade, Prof. Alex, de achar lugar, não pode andar aquele projeto sem ter um espaço adequado, construído, que fique ali, que alcance o rio, que alcance o delta, que cubra todo o Centro da Cidade. Esse é um tema que nós já levantamos aqui. O Major Fábio já esteve aqui tratando desse tema no final do ano passado, e nós estamos atentos, a Cidade está atenta, não pode prescindir da presença de vocês, equipados, qualificados, valorizados e capacitados. Obrigada, Ver. Prof. Alex, nossa Bancada está à disposição dessa luta.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Obrigado, Ver.^a Sofia. E, para terminar minha fala, gostaria de encaminhar uma das experiências que adquiri ao longo da minha vivência, da minha curta carreira de 17 anos como professor. As atitudes preventivas são sempre melhores e mais eficientes do que as atitudes reativas. Infelizmente, as pessoas dão mais valor à reatividade, quando vocês, como muito bem destacado, fizeram a intervenção, apagaram o incêndio nas quatro lojas da Av. Azenha, a isso se dá muito vulto, muita notícia. Mas as atitudes preventivas como essa dos planos contra incêndio são fundamentais. As ações educativas também têm um valor imprescindível, porque, através da prevenção é que nós economizamos recursos e também preservamos mais eficientemente as vidas tão valiosas para nós. Então um grande abraço para vocês, saúdo a todo o Corpo de Bombeiros, um grande abraço e um bom trabalho a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registro a presença do Arquiteto Ednezer Flores, 2º Vice-Presidente do IAB, que está prestigiando este período temático de Comunicações do Corpo de Bombeiros. Seja muito bem-vindo. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

O SR. ALDACIR OLIBONI: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Queria fazer algumas considerações, Sr. Presidente, acho que cabe aqui, inicialmente, um apelo, além de dar um apoio significativo ao que a corporação, na verdade, está solicitando, no sentido de solicitar a agilização na Assembleia Legislativa de dois projetos: PLC nº 278/16, da lei de transição; e o PLC nº 279/16, da lei de fixação de efetivos. Se ali atrás, no outro governo, houve o processo de aprovação da desvinculação da Brigada Militar, com certeza, esse processo continua. Não é tão fácil, não é, Ver. Cassiá Carpes? Nós estávamos na Assembleia Legislativa naquela ocasião, onde votamos pela separação, agora, é claro, há todo um processo institucional que, possivelmente, o Governo também tem que se debruçar sobre isso. Não é só o que estamos abordando, mas é também a falta de efetivos. Em alguns lugares, como o Ver.

Cassiá falou, fecharam alguns espaços e há uma falta de efetivos, em torno de 280 profissionais.

Creio que a ideia de agilização desses processos é de extrema importância para que a demanda que chega ao Corpo de Bombeiros, que não são só os PPCIs, mas vamos abordar aqui os PPCIs, imaginem todos os prédios da Cidade que estão sendo construídos, imaginem todas as instituições que têm que fazer todo um regramento, os condomínios têm que passar pela regulamentação da famosa Lei Kiss agora, que terá que ter a averiguação, a fiscalização dos profissionais do Corpo de Bombeiros. De fato, é bastante complexo e, por isso, às vezes, demora tanto. Mas não deveria demorar tanto, eu conheço, por exemplo, alguns empreendedores que estão aguardando há anos a liberação do PPCI. E a cada vez que há uma fiscalização, há um problema que não foi resolvido, seja a localização de um extintor de incêndio, ou até mesmo a porta antipânico, que eu acho que é mais complicada. Às vezes, se falta a porta antipânico para um salão ou para uma boate, obviamente aquele estabelecimento não pode funcionar. Então, acho que tem que ter aí um certo cuidado à medida que há uma demanda desenfreada, mas que por sua vez não tem a sensibilidade dos órgãos públicos de poder dar a estruturação necessária, como também atender o pedido da entidade na qual faltam efetivos, como é na Brigada Militar. Então, nesse sentido, quero me somar à ideia de que é preciso, sim, aumentar o efetivo. O Corpo de Bombeiros, hoje, possui 2.365 servidores, funcionários públicos, e a há a necessidade de mais 280, totalizando aí 2.646. Então, obviamente que nos somamos à necessidade de repor esses efetivos, como também ao fato de o Governo do Estado dar prioridade aos Projetos de Lei nºs 278 e 279, para poder, de fato, terminar com essa novela. Eu acredito que é fundamental, à medida que, ali atrás, esses deputados votaram a favor da separação, Ver. Alex, e agora acabam não agilizando a votação das duas novas leis que irão implementar e regularizar essa separação para funcionar como deve funcionar. Um grande abraço, parabéns, e boa luta, boa atuação; esperamos que em breve os senhores consigam atender a demanda necessária.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra em Comunicações.

O SR. PAULINHO MOTORISTA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu mesmo, como morador de Belém Novo, ali criado, tive algumas situações lá. A nossa estação lá foi construída pela nossa comunidade anos atrás. Muitas vezes, quando acontecia um incêndio lá, até o Corpo de Bombeiros chegar ao Extremo-Sul, com toda essa quilometragem, chegava numa situação difícil, não por culpa dos Bombeiros, claro, mas pela distância. E depois que a estação foi concluída lá, o pessoal tem mais tranquilidade por ter uma estação do Corpo de Bombeiros perto. O pessoal lá trabalha, faz o que pode, tivemos algumas situações lá por falta de efetivo. O pessoal me ligava e dizia, apavorado: “Paulinho, vão fechar a estação aqui!” Em 2013 tive uma

conversa com o comandante Adriano Krukoski, que, por sinal, me atendeu muito bem naquela situação. Não foi fechada a estação. Ele explicou o porquê da falta de efetivo e tal. Agora mesmo, no final do ano passado, a gente teve aquela situação, em que eu e o Dr. Thiago estivemos com a comunidade para conversar com o senhor que nos tratou muito bem. Isso é muito importante para nós e para a população, ter diálogo, sermos recebidos. As pessoas têm que saber o que acontece nos departamentos. Mesmo quando uma Secretaria atende mal, a gente nunca passa a mão por cima. A gente tem compromisso na comunidade como todos têm, e a gente foi muito bem recebido lá.

Falando dos Bombeiros, eu mesmo, por 24 anos como motorista, no trânsito, em várias madrugadas, presenciei vários acidentes. Acidentes em que as pessoas ficavam presas nos ferros, nas ferragens. E eu passava ali e sabia que só os Bombeiros poderiam tirar aquele cidadão dali. Todos olhando, mas ninguém pode mexer, só os Bombeiros têm a técnica para tirar a pessoa dali. Agradecemos sempre pela atuação de vocês que não é para qualquer um. Bombeiro não é só para apagar fogo. Tem muita gente que pensa que se não tem incêndio os Bombeiros não trabalham. Que bom que não tenha incêndio dentro de Porto Alegre, que os Bombeiros nunca tenham que correr atrás para apagar um fogo. Que bom seria, mas eles estão sempre presentes em situações que, muitas vezes, o pessoal diz assim: “Bah, houve um incêndio terrível, tem uma pessoa lá em cima, tira aquela pessoa de lá para nós, urgente!” É o bombeiro que tem que ir, não é a população que vai tirar, é o bombeiro que tem que ir lá e se sacrificar, passar por várias situações. E a gente sabe que não é para qualquer um chegar ali, naquela hora, Major, e ter aquela atitude, aquela ação rápida, Tenente Coronel Pedro. A gente tem que tirar o chapéu.

Hoje eu estou falando em meu nome e no nome do Ver. Airto Ferronato, meu parceiro de partido. E não poderia deixar de vir à tribuna para falar e agradecer por vocês estarem aqui, hoje. No dia 2 de julho será o Dia dos Bombeiros, é um dia que temos que comemorar. E tem outra coisa: a falta de efetivo. Chega o verão e tem que destinar bombeiros para a Operação Golfinho, e como fica a situação? Não é fácil. “Major, o senhor tem que mandar gente lá para o litoral. Mais aí como é que eu vou ficar? O senhor que se vire.” E o Comandante tem que se virar para atender à comunidade, e tem que cuidar dos dois lados e com cada vez menos efetivo, e também a Brigada Militar passa por isso.

A outra coisa é a situação das ferramentas, porque muitas vezes tem três, quatro caminhões, com um ou dois funcionando. E os caminhões parados não têm como arrumar, estão na oficina. Eles vão ficar parados...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. PAULINHO MOTORISTA: ...A vontade, sempre, é de ajudar a comunidade, como vocês fazem. A gente tem o maior respeito por vocês, Major, e estamos à disposição, sempre, para ajudar na medida do possível. Gostaria de dar os

parabéns para vocês, Tenente Coronel Pedro, Major Everton e demais presentes, com certeza, eu vivenciei várias situações e volto a dizer, tiro o chapéu para vocês, porque com o mínimo, às vezes, de condições, de ferramentas, de viatura, de tudo, os bombeiros vão lá, eles são chamados e comparecem sempre.

E agradeço por vocês também sempre atenderem a comunidade quando a gente precisa. Nós somos cobrados também, mas vocês sempre nos atendem muito bem e a gente tem que deixar registrado, aqui, Presidente Cassio. Eu quero deixar um grande abraço. Tive oportunidade de representar a Câmara, em 2013, se não me engano, na Silva Só, quando foi realizada a inauguração. E eu fico muito feliz, sempre, por vê-los aqui, por poder falar de vocês. Que Deus os acompanhem sempre nesta jornada, que não é fácil. Vida longa aos nossos bombeiros! E para o pessoal de Belém Novo, meu bairro, pessoal que está sempre ativo lá na estação, por menos efetivo que tenha... O pessoal, quando trabalha, tem que ganhar hora extra. Não é assim: “O bombeiro vai ficar hoje aí; ele sai às 19 horas e fica até amanhã de manhã”. E a família? Ele tem a vida dele também, com sua família, em casa. Temos que parabenizar, sempre, e falar em vocês, porque muita gente, muitas vezes, esquece dos bombeiros, só lembram naquela hora difícil, naquela hora do incêndio, naquela hora em que mais precisam, num acidente. Parabéns aos bombeiros. Deixo um grande abraço deste Vereador, Paulinho Motorista, e do Ver. Aírto Ferronato.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver. Paulinho Motorista. Passo a palavra ao Coronel Pedro Ricardo Maron Burgel para as suas considerações finais.

O SR. PEDRO RICARDO MARON BURGEL: Ver. Cassio, gostaria de agradecer essa oportunidade e dizer da satisfação de escutar os Srs. Vereadores e receber o apoio nesta questão da aprovação dos Projetos de Lei nº 278 e nº 279. É o momento de mudança, o momento em que esperamos lograr êxito e poder implementar toda essa gestão pública no sentido de melhor atender a nossa comunidade. Acredito que o esforço dos Srs. Vereadores e desta Casa certamente vai contribuir em muito para que a gente possa avançar na prestação de serviços que o Corpo de Bombeiros vai, sim, implementar. Muitas pessoas têm nos perguntado e questionado o que muda nesta desvinculação. Muda muita coisa, desde a capacitação dos recursos humanos, onde vão ser capacitados e qualificados de acordo com a doutrina do Corpo de Bombeiros, pois, até então, dois terços do curso de formação era de polícia. Bombeiro não é polícia. Eu mesmo, quando ingressamos na instituição, muitas vezes mesmo como oficial, eu, já Tenente, comandando o Pelotão de Polícia Militar na Zona Norte, no 11º Batalhão, muitas vezes olhava o Corpo de Bombeiros e não entendia, mesmo pertencendo à Instituição, à Brigada Militar, eu não entendia a atividade de bombeiro dentro da Brigada Militar, na polícia. Então, nós temos aí um caminho, nós temos dicotomias aí estabelecidas. São 82 anos na Brigada Militar, o Corpo de Bombeiros, e nós vivemos

mudanças profundas e que vão se transformar numa prestação de serviços melhor à comunidade. É isso, é óbvio que o Estado, quando implementa uma política pública dessas, espera que haja mudança. Se é para se fazer o mesmo que se fazia antes, para que separar? Nós vamos evoluir, nós vamos crescer, e o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul terá vida longa. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Queremos, então, agradecer ao Sr. Comandante do 1º Batalhão de Bombeiros Militar, Major Elemar Linei de Mello Fernandes; ao Sr. Diretor Administrativo do Corpo de Bombeiros Militar, Ten. Cel. Pedro Ricardo Maron Burgel; ao Sr. Chefe da Assessoria de Comunicações do Corpo de Bombeiros Militar, Major Everton de Souza Dias, renovando os nossos cumprimentos ao Comandante-Geral Adriano Krukoski, agradecendo a todos os demais membros da corporação dos Bombeiros Militares do Rio Grande do Sul pela presença, e também agradecendo ao Ver. José Freitas, que fez a Proposição para a Mesa Diretora para que tivéssemos este momento. Estão suspensos os trabalhos por dois minutos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h40min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 16h44min): Estão reabertos os trabalhos. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ADELI SELL: Presidente, colegas, senhoras e senhores; acabamos de ver aqui, agora, o importante trabalho de uma determinada corporação: Corpo de Bombeiros. Não existe sociedade civilizada sem um serviço público eficiente, sem governos comprometidos com as pessoas, não existe civilização sem diálogo. Tenho lido, visto e me preocupado: bate-bocas, empurrões, atos violentos, denúncias de A contra B, de B contra A, e assim nós vamos adiante. De que adiantam as provocações? Não são construtivas, são tremendamente destrutivas, por isso nós não devemos entrar nessa onda de que pode tudo; pode tudo nos ataques, sejam públicos ou virtuais. Dias atrás, estava aqui o Delegado Wendt, e hoje acabei de liberar para publicação, Comandante Nádia, uma resenha do livro Crimes Cibernéticos, e vou tomar a liberdade de passar para os colegas uma análise que eu fiz, modesta, simples, sobre essa questão. O que eu vi e li... Pretendo agora, se aparecerem algumas letras mágicas e outras bobagens, não ler mais, mas quero lembrar que nada do que se publica é impune, ou será impune, ou poderá ser impune. Antes da legislação que trata do marco da internet, já temos o Código de Processo Penal, como temos também aspectos do Código de Processo Civil que podem entrar nesse processo, como são as questões de dano moral e afins. Falo tudo isso hoje porque nós temos que fazer alguns debates nesta Casa. Não seria o momento de nós discutirmos um efetivo código de ética e de conduta, Sr. Presidente, na Câmara Municipal de Porto Alegre, para sermos um exemplo para o

País? Não um código de ética que vá coibir que expressemos as nossas opiniões, Ver.^a Mônica, precisamos ter liberdade, inclusive quando discordo de Vossa Excelência. Na época do seu pai, fazíamos grandes debates de ideias, de posicionamentos. Podemos ser duros, nós temos visões diferentes em várias questões, mas o processo civilizatório tem que ser um processo que aproxime os seres humanos, sendo que o foco principal é a pessoa existir, e, existindo, tem que ser respeitada enquanto pessoa. A questão da dignidade da pessoa humana está esculpida na nossa Constituição Federal; por isso, nós não queremos violência; por isso, nós pregamos uma linguagem nobre. Sim, nós tratamos, inclusive... Não é fortuito que se diz, nobre colega, isso não é uma coisa fortuita, é porque a nobreza não tem nada a ver com a coroa; a nobreza tem a ver com estado de espírito, de respeito, de solidariedade. É por isto que nós lutamos: pela dignidade da pessoa humana, pelo estado democrático de direito. Viva a democracia!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde, nobres colegas, Presidente. Nos últimos dias, pensei em diversos temas para o meu primeiro Grande Expediente na Casa. Em respeito à ONG Malucos do Bem e às milhares de pessoas que me confiaram a tarefa de estar aqui, primeiro, eu pensei em agradecer pelos tantos anos de caminhada coletiva a eles, e, ao cara lá de cima, o meu muito obrigado; depois, decidi que o tema deveria ser uma homenagem aos colegas Vereadores e Vereadoras, trazendo à luz algum assunto interessante que chamasse a atenção daqueles a quem admiro diariamente neste plenário. Mas, por fim, resolvi escrever algo sobre o choque que senti no início deste meu primeiro mandato. Choque esse de se deparar com o sistema por trás das cortinas, infelizmente, um sistema às vezes arcaico, onde ainda resistem o velho populismo e a velha politicagem como prática de alguns, prática de uma parte de nossos legisladores municipais, meus colegas. Felizmente, uma parte minoritária, mas que me chamou a atenção no início do mandato. Falarei abertamente sobre isso.

Me deparei com a formação de um bloco de oposição. Nos primeiros dias de mandato, me questioneei: oposição? Já? Mas, como assim: oposição? Oposição à quem, à Presidência desta Casa, ao Governo? Qual Governo? Federal, Estadual, Municipal? Ao Prefeito eleito? Pensei: como posso me opor já, mesmo antes de saber como será esse Governo e que resultados ele trará a médio e a longo prazo? Como me declarar opositor, dizer publicamente que quero ajudar a Administração Pública da minha Cidade, quando já me declarei contra ela? Foi aí que presencie de forma transparente e, infelizmente, a algo que existe ainda pelo Brasil: lideranças políticas que se posicionam

apenas pela disputa, pelo poder partidário ou pessoal, que não adianta se o Governo será bom aqui ou ali, serão oposição pelo simples fato de quererem a derrota do seu adversário para se colocarem como a alternativa de poder. Geralmente, esse tipo de opositorista – existem outros – foca suas atenções nos descontentes. Sempre haverá descontentes e revoltados. Para isso será necessário, inevitavelmente, que seja adotada uma postura, às vezes, teatral de revolta com dilatação de fossas nasais, franzimento de testa e alteração de voz. Sempre com conotação crítica, traços de revolta e até mesmo ataque. Tudo para despertar as massas. Autoidentificação com elas. Encontramos aí um dos maiores vilões da boa política, o populismo. Modo de exercer o poder elevando no discurso a importância, a expressão abstrata de povo, das classes menos favorecidas, cuidando delas, utilizando expressões antielitistas como: nós, o povo contra as elites. Ou, como um político, famoso mundialmente, utilizou, ano passado: quem vocês querem escolher? Nós, do povo? Ou eles, políticos, corruptos? Os populistas, tanto de esquerda quanto os de direita, fazem constantemente ataques e deslegitimam de forma generalizada os demais partidos, ou correntes ideológicas, político-partidárias, conquistando, dessa forma, a confiança que será transformada depois, talvez, em um tipo de autoritarismo consentido. Uma dominação que nunca é percebida pelos dominados. Mas que tipo de ingredientes são utilizados com tanto sucesso para essa dominação inconsciente? Os principais são: a paixão e o orgulho. Um: a paixão político-partidária que, às vezes, se confunde com o fanatismo dos times de futebol. Fiquemos em alerta, pois política partidária não pode ser torcida fanática de futebol. Isso é uma ignorância descabida para quem se diz minimamente inteligente ou esclarecido. Dois: o orgulho. No Rio Grande do Sul parece que copiar bons exemplos de fora é uma ofensa, pois existe um sentimento subentendido de que somos melhores do que os outros. Voltar atrás, reconhecer um erro, se retratar, é inconcebível, impensável, tanto quanto é para determinados partidos admitirem, entre aspas, sim, fui eu que elegi o fulano e me arrependi. Acho que o meu ex-presidente, líder do meu partido deve ser preso, junto com os outros corruptos, pois lugar de corrupto é na cadeia. E ponto final. Não! Isso é demais! Para um fanático apaixonado é como aquela pessoa que foi traída e se recusa a acreditar mesmo depois de provada traição por um amigo ou amiga; prefere, por orgulho, não admiti-la e até mesmo disfarçar a amizade e corta relações com quem a denunciou. Observação: meu respeito, respeito muito quem se declara base de apoio de qualquer governo neste País, de qualquer partido. Em qualquer cidade, porque mesmo sabendo que nenhum governo irá resolver todos os nossos problemas, esses não têm receio de se expor, enfrentando todas as dificuldades e eventualmente as mentiras, mentiras populistas, tão corriqueiras, que, infelizmente, às vezes, são comuns na política brasileira. Respeito muito os independentes, que desejam de forma livre e desimpedida avaliar projetos sem compromisso algum de apoio ou reprovação. Acredito que os independentes, esses sim, são os mais livres fiscalizadores de um governo, pois não são empurrados automaticamente para nenhum lado. Tenho que ser de esquerda ou de direita? Por que é inadmissível, para um gaúcho, ser de centro? Centro-esquerda, centro-direita ou nenhum? Por que tem que ter um lado? Por que não posso, simplesmente, usar uma nova expressão, digamos, ponderada,

equilibrada, independente? Por quê? Será que já não está na hora de nos darmos conta de que estamos ficando para trás em relação às outras capitais? Até quando esta real dicotomia apaixonada vai nos prejudicar? Serão amarras do desenvolvimento resquícios da Revolução Farroupilha; maragatos e republicanos, gremistas ou colorados? Digamos não aos extremistas! Pois quem os incentiva é quem ganha com o extremismo. Até quando vamos ter um discurso quando somos Governo e outro totalmente diferente quando somos oposição? Até quando vamos usar os sindicatos e segmentos como braços de poder de partidos? Até quando vamos defender nossos privilégios - nossos privilégios -, alegando que são conquistas? Até quando vamos manter a estabilidade de todos os funcionários públicos mesmo que algum deles se demonstre incompetente ou desinteressado em se atualizar, em ser avaliado por desempenho como qualquer outro trabalhador? Até quando vamos criar leis e mais leis quando sabemos que muitas delas serão demagógicas, não serão cumpridas e muito menos fiscalizadas? Não é justo para centenas de milhares de cidadãos, que pagam tantos impostos, não receberem serviços públicos melhores. Temos os servidores públicos melhor remunerados entre as principais capitais, e o serviço é proporcional em qualidade? Até quando vamos dar mais importância em angariar votos e simpatias de segmentos para a próxima eleição em detrimento das medidas difíceis e até mesmo impopulares que precisam ser tomadas? Ninguém aguenta mais pagar tanto imposto e ver tanto desperdício com ineficiência, incompetência, com tantas irregularidades, tão pouco aguentam mais ver tanta politicagem e populismo entre nós! Nossos patrões, os verdadeiros patrões são os cidadãos; eles querem de nós uma real transformação através de novas conquistas, condutas, novas ideias. Tenhamos coragem de provocar essa transformação que a sociedade tanto exige de nós, sem demagogia ou partidarismo. Vamos nos concentrar em valores reais: ética, honra, desapego, responsabilidade, transparência! Vamos combater as terceiras intenções, o egoísmo, a vaidade e talvez possamos assim recuperar um pouco a credibilidade, a confiança daqueles que nos colocaram aqui. Acredito que podemos recuperar uma cidade onde os alunos passem de ano porque sabem a matéria, uma cidade onde eu e a minha família possamos nos sentir seguros, um lugar onde tenhamos um atendimento de saúde melhor e que nos atenda além do horário comercial, uma cidade limpa, atravessada por um arroio Dilúvio recuperado e por que não despoluído? Acredito que podemos ter uma Prefeitura menos burocrática e muito mais eficiente e moderna, um centro histórico onde tenhamos de volta o prazer de caminhar, enfim, uma cidade melhor de viver. Acredito que todos nós aqui podemos e vamos, sim, recuperar a nossa Cidade, reinventá-la, mas não somos nós os políticos, os servidores públicos, sindicalistas, blogueiros ou militantes que mostrarão o caminho dessa transformação, a sociedade, sim, já mostrou o que deseja de nós. Basta termos coragem de levantar a cabeça e olhar para fora de nossas trincheiras e perdermos o medo de trilhar novos caminhos! Acredito em causas coletivas, acredito e confio totalmente no empenho do Governo Municipal, que honrosamente integro, e sei que o objetivo dele é o mesmo que o meu, trabalhar para melhorar a vida das pessoas, mesmo com medidas às vezes impopulares e muito antipáticas de serem adotadas. Nossa

Cidade está doente e necessita de alguns remédios amargos, de medidas duras e de reconstruções.

Melhorar a vida das pessoas, mesmo que seja a médio ou longo prazo, esse é o motivo real de eu estar aqui, de não desistir, de não ir embora e ficar com os meus filhos, de ver os meus amigos e de estar com eles, porque não tenho mais tempo de estar com eles, com a minha esposa e a minha família. Obrigado a todas as pessoas que temos atendido dia a dia aqui nesta Casa nos nossos gabinetes. Obrigado às Vereadoras e aos Vereadores que comungam desses mesmos sentimentos, graças à existência de vocês é que provavelmente continuo aqui com a esperança de que faremos alguma diferença positiva na vida e no futuro da nossa Cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Grande Expediente.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente e Srs. Vereadores; funcionários; pessoas que nos prestigiam com suas presenças, eu, recentemente, escrevi um artigo intitulado “A ética por trás das redes”, publicado no Jornal do Comércio, onde eu registrei a minha surpresa com as pessoas que usam a internet, as redes sociais, de forma irresponsável, sem ética, com o uso não autorizado do nome alheio, com a propagação de falsas notícias vindas de fontes duvidosas, e trago isso hoje aqui para reflexão. Muitas vezes, nós, Vereadores, caímos na rede de uma forma que não a que gostaríamos de ver, ou seja, em meio a inverdades, difamações, em publicações equivocadas. Penso que isso é muito grave, pois quando ocorre, atinge e desrespeita também esta Casa Legislativa como atinge o Executivo. Aqui todos nós nos comunicamos com a população de Porto Alegre através das redes sociais, imagino que cada um tenha seus procedimentos quando encontra pela frente alguém disposto a ofender. Tenho por convicção respeitar as opiniões divergentes da minha, mas tenho por princípio avaliar os comentários que extrapolam o bom-senso do convívio na Internet com agressões e ofensas pessoais, por exemplo. Creio que os colegas comungam do mesmo sentimento que eu, de que às vezes é muito difícil manter a serenidade frente a comentários que ultrapassam o nosso objetivo de comunicar, trocar ideias e divulgar o nosso mandato. Ora, o direito à liberdade de expressão tão exercido nas redes sociais não exime as pessoas de responsabilidade e de respeito, porém, infelizmente, vivemos uma época de muita falta de limites, onde tudo pode. É isso, no Brasil parece que tudo pode. No momento em que a qualquer um que escreva falte a obrigação básica da comunicação, que é a verificação dos fatos e o compromisso com a verdade, se coloca exposta na vitrine ou na sarjeta uma trajetória de vida junto com o desrespeito e a falta de consideração e de cuidado do outro. Claro, é muito mais fácil valer-se do pseudoanonimato que os meios virtuais proporcionam para manchar a imagem de outras pessoas, sem ser oportunizado a essas o direito ao esclarecimento e ao diálogo. Há quem use a internet como se fosse uma arma contra os outros. Fico pasma. São atitudes

incompreensíveis e só pode ser desequilibrado aquele que se arvora ao ataque por detrás de uma máquina sem pensar nas consequências. E quando um desses pega pela frente um ofendido que resolve responsabilizá-lo na Justiça, ah, aí é um drama mexicano.

Ora, a ninguém é dado o direito de ofender. Não se pode, em nome dessa liberdade, agredir, mentir e caluniar. A consequência para as pessoas dadas a essa prática deveria ser no mínimo serem responsabilizadas por aquilo que foi dito, escrito ou feito. Na opinião do psicólogo Rodrigo Nejm, da Safernet Brasil, é preciso educar o brasileiro para a cidadania digital, um termo novo e bem pertinente para os dias de hoje. Realmente, estão faltando noções de cidadania no trato das redes sociais. Dados de pesquisa com usuários jovens de internet mostraram que 61% deles se comportam de forma diferente nas redes, 34% se sentem mais livres e 10% acham normal zoar e xingar. E que esses internautas usufruem de uma sensação de impotência e impunidade nas redes sociais, como se a internet fosse um mundo sem lei, em que humilhações e ofensas são permitidas. Pois é, esse é o primeiro aspecto de que quero falar hoje, o virtual.

O segundo é feito de outra forma, e ambos para mim são muito tristes, reflexos dos tempos e do País em que estamos vivendo. Notícias de agressões verbais e até mesmo físicas contra quem pensa diferente, contra quem está do outro lado estão se tornando frequentes, com alguns casos extrapolando qualquer limite racional, lembrando de vários episódios já ocorridos, principalmente com políticos brasileiros de diferentes partidos nos saguões dos aeroportos, em restaurantes, hospitais e até em velórios. Cito o exemplo do ocorrido recentemente com a jornalista Miriam Leitão em um voo de Brasília para o Rio de Janeiro, em que ouviu xingamentos, ofensas, palavras de ordem durante as duas horas de uma viagem feita por um grupo de delegados do PT, saídos do congresso que realizaram em Brasília. E o que ocorreu com o jornalista Alexandre Garcia que foi hostilizado por um militante de esquerda, anti-Rede Globo no embarque de um voo que saiu de Brasília para Minas Gerais. Eu gostaria de ilustrar minha fala com o vídeo que foi gravado sobre esse episódio.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

A SRA. MÔNICA LEAL: Sabemos que é uma pré-disposição comum a todos os humanos a de defender e impor suas próprias crenças, suas próprias convicções, assim o mundo evoluiu. Mas seria bom que fosse também uma predisposição do ser humano aceitar as opiniões que são diferentes da sua. Na política, surpreendo-me com quem critica, mas não admite crítica; com quem defende sua ideologia, mas não suporta que o outro também tenha a sua. Sou uma pessoa que transito muito bem em todos os lados da nossa política, tenho amigos de direita e também de esquerda, não pensem que não. Observo muito os dois lados e detecto que são os radicalismos que ferem as amizades, os debates, os ânimos, até mesmo o convívio salutar da sociedade. Eu diria que o radical não respeita nem as regras, ele não se encaixa. Como se perde tempo com isso, quando tantas das nossas causas, enquanto

porto-alegrenses, gaúchos e brasileiros, quando os problemas e demandas da população deveriam sempre estar acima de siglas partidárias e ideologias políticas.

O que aconteceu, neste plenário, no dia de ontem, me chocou, primeiro, me surpreendeu e me deixou extremamente triste. Um vereador suplente do PSOL, o Ver. Ezequiel, incitou as galerias, subiu no parapeito; nós assistimos. Eu confesso a vocês que aquela cena me chocou profundamente porque era um vereador que já assumiu o seu mandato como suplente desta Casa, prestou o mesmo juramento que eu, e ele estava ali incitando as galerias. O Ver. Roberto Robaina usou a tribuna no período de Pauta, mas aproveitou para falar outros assuntos, inclusive assuntos ofensivos, acusando, generalizando! Eu confesso a vocês que tenho anos de Casa, acho que tenho 20 anos de Casa, primeiro, como funcionária, depois, como Vereadora; e eu nunca na minha vida vi isso acontecer. Aproveitando, eu queria dizer ao Ver. Robaina, quando ele usou esta tribuna, que era para falar da Pauta, e falou da FASC, falou do DEP, e também sobre episódios de corrupção que apontaram o Partido Progressista, que eu e os Vereadores Cassiá Carpes, Matheus Ayres e o João Carlos Nedel não apoiamos nenhum tipo de ilegalidade, irregularidade. Nós ficamos muito tristes com tudo isso, primeiro, surpresos, depois, tristes. Agora, nós temos, sim, o desejo que os maus políticos sejam exemplarmente punidos e expulsos do nosso partido, pelo fato de nós sermos políticos deste partido, que tem os seus envolvidos também, não significa que nós não estejamos surpresos, tristes, desgostosos. Esse é um momento ímpar na política brasileira para quem atua por convicções e pelo bem comum frente àqueles que atuam por causa própria às custas do dinheiro público. Nós apoiamos as ações do Ministério Público Federal na operação Lava Jato e almejamos que ela sirva de exemplo para que a impunidade para a classe política corrupta comece a ficar no passado e transforme este País. Eu não poderia deixar de subir nesta tribuna e fazer este registro, porque eu confesso a vocês que, nesses meus 20 anos de Câmara, a tudo o que eu já assisti, tudo o que eu já vivi aqui, eu fiquei muito chocada ontem quando um Vereador – novo, está certo – utilizou esta tribuna, quando tinha que falar sobre a pauta, e tentou generalizar inclusive o meu projeto sobre as irregularidades do DEP e FASC. Eu não sou advogada, mas venho de uma família de advogados, eu quero dizer aos senhores que pleiteiam, que buscam uma CPI contra o DEP ou FASC, que quando o Ministério Público ou a Polícia estão investigando não há necessidade de CPI. Nós não faremos nada mais; nada mais! Eu sou uma pessoa bem informada. Se não tivesse, seria a primeira a assinar. Eu não vou assinar! Não vou fazer nada a mais que a Polícia Civil ou que o Ministério Público.

Enquanto isso, houve no saguão uma confusão de um *youtuber*, dos municipais e de alguns assessores, sei lá mais quem, que a Guarda teve que intervir para não virar uma briga generalizada. É a intolerância que é capaz de influenciar o comportamento social das pessoas, tem-se revelado de forma marcante em diversos campos, não só no político. E os registros são muitos e diários: passageira que cuspiu na atendente da empresa aérea; deputado xingando deputado; aluno que agride professor; paciente que agride médico; passageiros indo às vias de fato dentro dos aviões; homem que quebrou, com uma marreta, o altar de adoração de um centro de umbanda;

torcedores contra o árbitro; torcida contra torcida; ofensas de motoristas para motoristas; militantes fervorosos do partido A contra o partido B. Sintomaticamente foram várias as situações de intolerância registradas desde as eleições de 2014, como a radicalização de eleitores dos dois principais partidos na disputa se agredindo nas redes sociais ou pessoalmente. Essa polarização partidária chegou ao seu ápice, como se estivéssemos vivendo numa espécie de guerra civil. Como se perde tempo com isso, quando tantas de nossas causas, enquanto brasileiros, mais uma vez, poderiam estar sendo resolvidas. Eu gostaria de dizer que lembrei dessas duas frases que li nos jornais no fim de semana, vindo de dois jornalistas e que me chamaram a atenção: “O Brasil está impregnado de ódio, ignorância e desesperança. O fanatismo é o novo mal do século, gerado por preguiça e ignorância”. É, a nossa sociedade está doente, precisa se recuperar, precisa ser tratada. Tudo isso é o triste reflexo do país da corrupção, que nos revela, a cada dia, a Operação Lava Jato, do país onde grandes empresas mandam na política, de partidos que têm que abrigar os políticos que servem ao povo junto com os que se servem do povo, do país que permite a criação de novos e nanicos partidos, do país das leis que não são cumpridas, do país da impunidade, do país onde, infelizmente, como eu disse, parece que tudo pode.

Termino sempre refletindo, lembrando de duas máximas que fecham bem com o que foi falado: A liberdade de um termina quando começa a liberdade do outro. E esta, que me remete diretamente ao meu sábio pai, Pedro Américo Leal, que tinha como regra de ouro a máxima: Não devemos fazer aos outros o que não queremos que façam conosco. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores, eu não pretendia realmente subir à tribuna, mas fui de certa forma instigado, em parte, pelos dois Grandes Expedientes que me antecederam. Quando o Ver. Moisés Maluco do Bem sobe à tribuna e fala sobre a oposição, Vereador, sou da oposição e apoiei a instituição desse bloco partidário nesta Casa, justamente por não concordar com o programa de governo proposto pelo até então eleito candidato a Prefeito, Nelson Marchezan Júnior. Então, a minha oposição, que é do PSOL, é programática, ideológica, é uma oposição com relação aos rumos da política em que acreditamos e à forma de governar Porto Alegre que o Prefeito eleito apresentou durante toda a sua campanha. Portanto, acho que o senhor foi infeliz na forma de colocar, generalizar, e falo aqui em nome do meu partido, somos oposição por conta de uma diferença profunda nos termos ideológicos e rumos que o Prefeito traz e que o meu partido apresentou durante a campanha eleitoral.

Eu gostaria de fazer um esclarecimento à Ver.^a Mônica Leal, que me antecedeu. Talvez a Ver.^a Mônica Leal não esteja lembrando, mas eu recordei, hoje pela manhã, na reunião de Líderes: o João Ezequiel foi 2º Suplente de Vereador na Legislatura passada, ele optou por não se candidatar novamente, ele não é Suplente de Vereador do meu partido, o PSOL, e é hoje o presidente do Cores/Saúde; ele optou pela atividade sindical e estava falando com os seus colegas municipais. Portanto, ele fala em nome dos seus colegas, da sua categoria. Nós temos um código de postura para o plenário, mas as pessoas que nos visitam não necessariamente obedecem a esse código, inclusive, código de vestimenta, como foi discutido em outros momentos nesta Casa Legislativa.

Portanto, achei necessário fazer esses esclarecimentos, porque, às vezes, da forma como palavras são colocadas, elas parecem um texto bonito, porém, fora de contexto, de sintonia, elas, muitas vezes, pretendem desqualificar o trabalho e a seriedade proposta por alguns de uma forma deturpada. Eu gostaria de fazer mais um esclarecimento a respeito de moralidade, de legalidade e de correção ética. Vereadora Mônica Leal, meu partido é pequeno, mas tem moralidade dentro das suas conduções. Nós tivemos, há um tempo, um diretor municipal aqui no Estado que propôs uma coligação em uma cidade do Interior, lançando-se como Vice-Prefeito em uma das cidades em uma chapa encabeçada por um candidato, se não me falha a memória, do PTB, na cidade de Montenegro. O Diretório Estadual do meu partido não autorizou essa coligação, porque o candidato a Prefeito estava sendo acusado por crimes. Nós não concordamos, não apoiamos e, à revelia da direção partidária, o Presidente do Diretório Municipal foi candidato a Vice-Prefeito e foi eleito. E, com o meu apoio, o Diretório Estadual expulsou esse cidadão da nossa legenda. Ele não fez mais parte, tanto que ele foi alçado ao cargo de Prefeito pela cassação do eleito. Ou seja, as nossas suspeitas estavam certas. Houve a cassação, ele foi Prefeito, mas não pelo meu partido, não pelo PSOL, porque nós não admitimos falcaturas, não admitimos ladroagem, e exigimos que aqueles envolvidos sejam cassados, punidos e condenados. Essa é uma diferença importante. Não compactuamos com falcaturas e com gente que usa dos recursos públicos de forma errada. Exigimos a sua cassação, a sua expulsão do partido e a sua condenação. Uma boa tarde a todos.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Primeiro, eu quero, utilizando o espaço de liderança da nossa bancada do PMDB, fazer referência aos dois pronunciamentos de grande qualidade feitos pela Ver.^a Mônica Leal e pelo colega Moisés Maluco do Bem. Esta Casa representa a média do pensamento da sociedade porto-alegrense, e, muito

embora, tenhamos divergências sobre os temas locais, sobre a política e sobre as concepções ideológicas, nós não podemos perder de vista que todos trabalhamos pelo interesse público. E o trabalho pelo interesse público não comporta radicalismos, extremismos, tampouco irresponsabilidades, pois quem perde com isso é a Cidade. E cada vez mais a política entra em descrédito quando essas posições mais extremadas acabam repercutindo para fora. Então, meus cumprimentos aos colegas pelas manifestações. Quero aqui deixar um convite a todos os Vereadores, aos que nos assistem pela TVCâmara e para a comunidade porto-alegrense de um modo geral. Na próxima quarta-feira, dia 28 de junho, nós faremos um ato público pela reabertura do Hospital Parque Belém, na sede da instituição que fica na Av. Oscar Pereira, 8.300. Essa é uma construção conjunta da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, COSMAM, que presido neste ano, com a Frente Parlamentar em Defesa do Hospital Parque Belém, cujo proponente foi o Ver. Dr. Thiago e que lá, nessa data, dará início oficialmente aos seus trabalhos, assim como nós também iremos apresentar os encaminhamentos da reunião feita com a COSMAM no último dia 25 de abril. Importante salientar que esse ato público está sendo organizado junto com as comunidades das regiões Glória, Belém Velho e Extremo-Sul de Porto Alegre, e também com a anuência do Governo do Estado que se fará representar pelo Chefe da Casa Civil, Fábio Branco, e também pelo Secretário de Estado da Saúde, João Gabbardo, e do Secretário Municipal da Saúde, Erno Harzeim, que já confirmou a sua participação. Então reforço o convite para esse ato na próxima quarta, dia 28 de junho, às 10 horas da manhã.

Quero também aproveitar o espaço para comunicar que nós temos na próxima semana, terça e quarta-feira também - vai coincidir com a agenda do Parque Belém -, dois debates importantes, um promovido pela COSMAM e outro pela Frente Parlamentar de Segurança Pública, que é dirigida pela colega Ver.^a Comandante Nádia, que é sobre a segurança nos postos de saúde. O debate na COSMAM na terça, dia 27, é fruto do planejamento de reuniões que organizamos desde o mês de fevereiro e alcança todas as unidades de saúde e locais de atendimento na área de saúde do Município, enquanto que a reunião da Frente Parlamentar, na quarta, será voltada para a questão da segurança nos postos de saúde da Cruzeiro do Sul e também do IAPI. Quero deixar bem claro que são ações complementares, e que os resultados que nós tiramos da reunião da COSMAM serão encaminhados para a Frente Parlamentar para análise, porque nós temos que produzir uma ação conjunta. E é preciso, sim, superar essa dificuldade de segurança nesses locais, porque pacientes, servidores, médicos, usuários do SUS em Porto Alegre estão em risco. É preciso que a Guarda Municipal cumpra com o seu papel e que as ações sejam integradas da própria Guarda com os órgãos de segurança do Estado, como a Brigada Militar e a Polícia Civil, e que sejam efetivamente organizadas.

E, por fim, vou falar de um tema que tem dominado não só na repercussão da mídia, mas também nas reclamações dos cidadãos, que são os buracos com que nós estamos convivendo, especialmente depois desse período de fortes chuvas que acometeram Porto Alegre. Tivemos o registro por dois veículos de grande circulação de que só no eixo entre a Av. Osvaldo Aranha e o final da Av. Protásio Alves, mais de 300 buracos foram identificados, isso sem contar naquelas outras situações em diferentes

regiões da Cidade. Ontem, houve uma manifestação do Sr. Prefeito de que há uma dificuldade no fornecimento de areia, que é um insumo importante, necessário e fundamental para a produção dos asfaltos e para o recapeamento do Município. Diante dessa manifestação, e buscando sempre colaborar, porque a postura do Vereador é fiscalizar a execução de serviços na Cidade, cobrar providências e informações para que eles aconteçam...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. ANDRÉ CARÚS: ...Então encaminhamos, ontem, um pedido de informações à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, que é a pasta responsável pelo serviço de tapa-buracos, questionando por que não há mais o fornecimento de areia. Encerrou o contrato? É por conta de dívidas? Quem era o fornecedor? Por que não se faz um novo instrumento que garanta o fornecimento deste insumo para não prejudicar o recapeamento regular e as operações tapa-buracos que devem ser operadas com urgência na Cidade? Também encaminhamos e protocolamos uma indicação ao Poder Executivo para que considere a realização de um estudo técnico para o reaproveitamento das areias resultantes da dragagem dos arroios do Município, que é um instrumento sustentável que reduz o impacto ambiental desta intervenção urbana, e tenho certeza de que sendo o estudo técnico favorável vai reduzir a despesa para o Município e vai contribuir para que a Cidade ganhe neste aspecto. Agradeço a todos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0790/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 006/17, de autoria do Ver. Professor Wambert, que denomina Museu da História e da Cultura do Povo Negro o equipamento público localizado no terreno discriminado como Área B no Anexo, altera o *caput* do art. 1º e os incs. I e III do *caput* do art. 2º e revoga o art. 3º, o art. 4º e seu parágrafo único e o art. 5º, seus incs. I e II e seu parágrafo único, todos da Lei nº 10.695, de 17 de junho de 2009 – que autoriza o Executivo Municipal a conceder o uso de terreno à Federação Gaúcha de Futebol, estabelece contrapartida para essa concessão e dá outras providências –; e revoga a Lei

Complementar nº 229, de 18 de julho de 1990 – que autoriza o Executivo Municipal a edificar equipamento público de caráter cultural, denominando-o Memorial Luís Carlos Prestes, e cria o Fundo Especial de natureza contábil própria.

PROC. Nº 2430/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 240/16, de autoria do Ver^a Fernanda Melchionna e Ver. Prof. Alex Fraga, que garante aos funcionários de empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas municipais o direito à licença-paternidade de 20 (vinte) dias consecutivos, contados da data de nascimento do filho.

PROC. Nº 0804/14 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 007/14, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que cria o Conselho Municipal de Proteção Animal de Porto Alegre (Compa) e altera o art. 6º e revoga os arts 7º e 8º da Lei Complementar nº 696, de 4 de junho de 2012 – que cria o Fundo Municipal dos Direitos Animais (FMDA) e institui seu conselho gestor.

PROC. Nº 0392/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 013/17, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que institui o Programa de Doação de Castração de Animais de Estimação.

PROC. Nº 0552/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 044/17, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que estabelece medidas para proteger gestantes e parturientes contra a violência obstétrica no Município de Porto Alegre, bem como para informá-las sobre essa conduta.

PROC. Nº 1063/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 113/17, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que institui o Programa Zonas Verdes, visando à extensão temporária de passeio público por meio da instalação de parklets.

PROC. Nº 1076/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 122/17, de autoria do Ver. José Freitas, que obriga os estabelecimentos da rede municipal de ensino, inclusive as creches conveniadas, a divulgarem lista informando a ordem de espera para vagas em todos os níveis de ensino.

PROC. Nº 1294/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 146/17, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que assegura ao Centro de Referência do Negro (CRN) o uso do próprio municipal localizado na Avenida Ipiranga, 311, Bairro Menino Deus.

PROC. Nº 1341/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 149/17, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, que inclui a efeméride Dia da Parada Livre no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no último domingo do mês de novembro.

PROC. Nº 1503/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 170/17, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que revoga a Lei nº 7.973, de 18 de março de 1997 – que proíbe a instalação de bombas de autosserviço nos postos de abastecimento de combustíveis e dá outras providências.

PROC. Nº 1504/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 171/17, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que revoga a Lei nº 1.180, de 16 de dezembro de 1953 – que estabelece a obrigatoriedade de “recantos infantis” em edifícios de apartamentos residenciais.

PROC. Nº 1505/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 172/17, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que revoga a Lei nº 11.130, de 19 de setembro de 2011 – que obriga os hipermercados, os supermercados e similares a realizarem o serviço de acondicionamento das mercadorias compradas pelos seus clientes e dá outras providências.

PROC. Nº 1506/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 173/17, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que revoga a Lei nº 8.797, de 25 de outubro de 2001 – que dispõe sobre a obrigatoriedade de confecção e distribuição de material explicativo dos efeitos das radiações emitidas pelos aparelhos celulares e sobre a sua correta utilização, e dá outras providências.

PROC. Nº 1507/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 174/17, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que revoga a Lei nº 9.189, de 8 de agosto de 2003 – que obriga os estabelecimentos comerciais e similares a afixar cartazes contra a propagação da leptospirose.

PROC. Nº 2660/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 063/16, de autoria do Ver. Delegado Cleiton, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Grupamento de Operações Especiais – GOE – da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul.

PROC. Nº 1031/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 018/17, de autoria do Mesa Diretora, que concede a Comenda Porto do Sol à Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul – Agergs.

PROC. Nº 1032/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 019/17, de autoria da Mesa Diretora, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao senhor Alcebides Adil Santini.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, fiz questão de falar em Pauta no dia de hoje, porque no dia de ontem eu

estava inscrito, fui chamado para uma pequena reunião e acabei não falando. Eu preciso hoje que tem várias matérias que correm o segundo e o último dia de Pauta, como é do meu feitio, da minha tradição na Casa, antecipadamente, posicionar-me sobre algumas matérias. E eu gostaria, Ver. Camozzato, que V. Exa. atentasse para o que eu vou dizer agora. V. Exa. tem cinco projetos revogatórios aqui colocados. Acho que V. Exa. tem uma autoridade muito grande em ter uma atitude dessa ordem, porque não foi Vereador anteriormente, certamente, não pode ser criticado de estar querendo remover coisas que não ajudou a construir. Em verdade, V. Exa. tocou em cinco matérias similares, e eu quero, publicamente confessar a minha simpatia antecipada com relação a elas. “Mas o Pujol vota na matéria, depois o Camozzato chega aqui, ele se arrepende!” Estão enganados. Em 1997, quando uma das leis que se aprovou, eu não era Vereador; em 1953, muito menos. E por aí se vai a maioria dos casos conhecidos períodos que eu não era Vereador aqui na Casa. Mas tem, Ver. Bosco, em comum nas cinco propostas uma expressão que os antigos da Casa se acostumaram a ver eu rechaçando: são aquelas colocações que obrigam terceiros à cidadania a determinadas atitudes. Sempre, sempre votei contra essas propostas. E outras que não obrigam, mas que tornam obrigatório, que têm o mesmo efeito. Acho que, por mais relevante que possa ser a proposta, eu nunca me curvei a essas circunstâncias. Até porque, estabelecer, por exemplo, que os supermercados tenham que fazer os pacotes dos seus clientes é algo que temos que deixar que a livre iniciativa decida por si só. Eu compro no hipermercado Zaffari, onde são feitos todos os pacotes, são feitas todas as gentilezas; por isso eu compro no Zaffari, porque me atende melhor que nos outros lugares. Mas eu ando pelo Brasil inteiro, e vejo que nas redes de supermercados do Rio de Janeiro, em São Paulo, com raríssimas exceções - em São Paulo é o Bourbon a exceção -, não há esses serviços. É uma característica das boas redes de supermercado, como o Zaffari e outras tantas, onde esse serviço é realizado. Na maior grande parte, dá um saquinho plástico, quando muito, e a pessoa acondiciona os produtos que comprou. Então, apenas citei esse exemplo, poderia citar outros tantos, porque é nos cinco casos mais organizados que são colocados, mais esse é o que me parece ser o de maior relevância no rol de propostas colocadas pelo Vereador em sua proposta.

Da mesma forma, eu quero me referir a um projeto do Ver. Professor Wambert, e como ele não está presente no momento, eu fico com dificuldades de nele me aprofundar, na medida em que não é do meu costume falar de projeto de colega, quando eles não estão presentes no recinto do plenário da Casa. O projeto do Ver. Wambert diz respeito à revogação da lei que autorizou a construção do mausoléu, do Memorial Luís Carlos Prestes na cidade de Porto Alegre. Lei que eu também não votei, mas que eu acho que, pelos termos da lei, nós não podemos agora, depois de ter autorizada, a Casa pela sua estrita maioria, ampla maioria, a Federação Gaúcha de Futebol, a construir o que construiu, aquele prédio muito grande. Eu não me lembro se o Ver. Bosco era um dos que militavam a favor do projeto, mas o Brasinha, eu tenho absoluta certeza que militava a favor deste projeto. E a Casa, na sua maioria, aprovou. O projeto da Federação Gaúcha de Futebol é fazer a sua sede ao lado do Estádio Beira-Rio, belíssima sede, e, como contrapartida, já que existia uma obrigação de utilizar

parte do terreno para fazer o mausoléu, a homenagem ao Luís Carlos Prestes, foi feita essa autorização, e a Federação cumpriu com esse compromisso, cumpriu o que estava determinado em lei. Agora, determinar que aquilo não vale mais e que tem que ser dado para o Museu do Negro é uma proposta que não serve nem ao Ver. Tarciso, que já amplamente colocou que não é esse o propósito dele. Que se tiver que construir em alguma praça, que seja no Largo Zumbi dos Palmares, que é a referência que tem a luta da raça negra. Então, não quero me aprofundar em demasia para não ser indelicado com o Ver. Professor Wambert, meu colega, a quem eu tenho muito apreço e muito respeito, mas nós temos que ter muito cuidado neste projeto, porque é marcadamente ideológico. Eu nunca fui comunista, não acredito no comunismo, não acredito no socialismo, sou um social-liberal convicto há longo tempo, amplamente conhecido e reconhecido, não teria por que escamotear a minha posição, mas, infelizmente ou não, existe uma lei que autorizou o procedimento que ocorreu e nós não podemos agora, simplesmente, por uma postura ideológica, determinar que essa lei não tem valor. Quando as leis são equivocadas, a gente procura corrigi-las, não é, Ver. Oliboni? Pode até não ter sucesso, mas que a gente tenta, tenta. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. DR. THIAGO: Obrigado, Ver. Janta, que preside os trabalhos. Ver. Dr. Goulart, vou falar me dirigindo a Vossa Excelência. Primeiro, quero convidar os Vereadores para a instalação da Frente Parlamentar em Defesa do Hospital Parque Belém, que vai ocorrer na quarta-feira, o Ver. Carús fez menção a isso, e é importante a participação de todo o conjunto dos Vereadores. Nós temos reconhecido, aqui da tribuna, todo o esforço que tem sido feito pelo Secretário, mas nós temos, em Porto Alegre, mais um dia crítico na área da saúde: temos 31 pacientes aguardando leitos da UTI nos prontos atendimentos de Porto Alegre, então realmente precisamos daquele equipamento público.

Mas este momento é de Pauta, Ver. Dr. Goulart, e eu venho aqui especificamente falar do projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa – Marcelo Sgarbossa, do PT! –, que estabelece medidas para proteger gestantes e parturientes contra a violência obstétrica; contra a violência do médico obstetra. Portanto, um projeto completamente preconceituoso, que coloca, sim, a população mais uma vez contra o médico. É importante que seja frisado isto: coloca a população contra o médico. O Ver. João Bosco Vaz está aqui. O Ver. Marcelo Sgarbossa sabe menos de medicina e de obstetrícia do que eu de canto orfeônico. Essa é a verdade! Então nós temos dois obstetras aqui no plenário, e o Ver. Marcelo Sgarbossa não foi nem capaz de discutir com os médicos e com os obstetras, que seriam alvo dessa sua lei; não foi nem capaz de discutir o preconceito que está implícito nela. Então eu quero dizer que acho isso um absurdo, porque é uma visão preconceituosa da medicina, é uma visão preconceituosa

dos médicos, principalmente daqueles médicos, Ver. Dr. Goulart, que trabalham, muitas vezes, com condições anãs dadas pelo Poder Público ou até pela iniciativa privada e por planos de saúde. Esses médicos estão sendo alvo, sim, de uma violência protagonizada pelo Ver. Marcelo Sgarbossa, que é um filhote de outras violências, da Deputada Manuela d'Ávila, do Deputado Jean Wyllys. É filhote e mostra uma visão deturpada e preconceituosa da questão médica e da questão obstétrica! Nós tivemos, no ano passado, aqui, uma grande discussão, que deveria ser uma discussão pró-SUS, mas foi uma discussão pela desconstituição do SUS. Nós acreditamos que o SUS tem os seus aspectos positivos, mas tem muitas coisas que precisam ser mudadas. Também a questão que queriam impingir a todos nós, da cidade de Porto Alegre, a questão das doulas. Agora, o Ver. Marcelo Sgarbossa traz uma outra faceta preconceituosa sobre a questão da violência obstétrica. A questão da violência obstétrica não existe, Vereadores, o que existe é imperícia, imprudência e negligência. Agora, esse é um projeto que não tem nenhum subsídio em nível municipal; esse é um projeto que tem que ser do Congresso Nacional; esse é um projeto que não tem nada a ver com o Município de Porto Alegre. Qual é a coação que vai ser feita em cima dos médicos que trabalham no Município de Porto Alegre, mesmo se agirem com imperícia, imprudência e negligência? Isso é matéria penal e civil, mas, mais uma vez, demagogicamente, o Vereador vem e coloca um projeto que, certamente, deve ter copiado, porque as letras escritas naquele projeto já foram sede de projetos em nível federal, de outros deputados. Então, certamente, copiou! E vem querer impingir e trazer essa discussão para a Câmara Municipal de Porto Alegre? Não tem problema, nós vamos discutir com base científica, no atendimento da população, na diminuição da mortalidade que tem ocorrido em função de ações também de médicos, de toda a equipe que envolve o atendimento ao parto, mas também de médicos! Nós acreditamos que o principal é o que foge da discussão do PT, sempre fugiu! O PT sempre fugiu da discussão do Plano Nacional de Carreira de Médicos! Eles são protagonistas em outros planos de carreira, junto a outras empresas que fazem doações não contabilizadas. Agora, o Plano Nacional de Carreira de Médicos nunca foi falado...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Dr. Thiago prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO: Então, as outras coisas que envolvem o atendimento às pacientes, à segurança ao parto, isso nunca foi falado! Ao invés de fomentarem programas nacionais de interiorização de médicos para os Municípios, onde realmente precisam de médicos com diploma revalidado no Brasil, não! Fizeram caixa 2 a partir do dinheiro enviado para Cuba para o Programa Mais Médicos! É isso que foi feito, é isso que eles protagonizaram! Nós vimos esses pseudomédicos, que vieram de Cuba,

sem revalidação dos seus diplomas, serem colocados onde estavam os votos! A maioria dos Municípios que mais recebeu médicos foi São Paulo! Foi por que lá é de difícil acesso? Por que lá é precário? Não! É porque lá tem votos! No Rio Grande do Sul, quem mais recebeu médicos não foi Quaraí, nem Alegrete; foi Porto Alegre, porque aqui tem mais votos! Essa é a verdade! Essa é a ideia do programa! A ideia é criminalizar a saúde, uma categoria profissional, que, na verdade, é trabalhadora como todas as outras, e que carece de condições de trabalho. Muitas vezes, o problema da segurança do parto, que é esse o problema que tem que ser levantado, não é enfrentado pelas administrações! Colocam o médico numa cidade que não tem condições, depois criminalizam o médico! Essa é a verdade! Ou fazem que nem a administração do PT de Itapemirim: abre concurso para médico, pagando R\$ 900,00! São R\$ 900,00 por 40 horas! Essa semana! Essa é a condição que eles atuam com relação aos profissionais, e principalmente aos profissionais médicos. Mas isso por uma questão ideológica, para desgastar, para desmerecer, para espezinhar, para amordaçar, para desqualificar uma categoria profissional que tanto serve à saúde e tanto diminui a mortalidade e morbidade.

Eu quero dizer ao Vereador que essa categoria profissional tem que ser respeitada! Isso é importante. Por que não abriu a discussão antes de apresentar o projeto? Por que não foi ver o que estava incluído no projeto? Ocitocina agora é crime, Dr. Goulart! Pelo projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa, ocitocina é crime! Romper bolsa da paciente, para evitar sofrimento fetal, mesmo que seja a medida indicada, sem que alguém assinasse embaixo, é crime! Como é que os obstetras vão trabalhar nesta Cidade?! Como é que as pessoas que fazem parto vão trabalhar nesta Cidade? Qual é a condição? Já tem condição difícil de trabalho! O Vereador ainda quer impingir o problema da saúde de atendimento ao parto aos médicos! É isso que o Vereador quer fazer! Então, vão ter muita responsabilidade! Atender às 2 da manhã, Dr. Goulart, na cadeira número dois, não é fácil! Quando todos os leitos estão ocupados, quando as macas sobressalentes estão ocupadas, e as gestantes estão internadas em trabalho de parto na cadeira número dois! Isso não é fácil! Isso não é brincadeira! Então, tem que se ter muito critério para esse tipo de coisa! Tem que se pensar nesse tipo de coisa! Tem que se chamar as categorias profissionais, tem que ver se o projeto é constitucional e se cabe no Município de Porto Alegre, e nesse caso, não cabe! Mas não tem problema. Se o problema é discutir ideologia, se o problema é discutir as condições do parto, nós vamos estar de pé e dispostos a fazer isso. Porque os pacientes não podem continuar pagando e não sabendo pelos problemas que atravessam a saúde pública. E que passam, sim, pelos desvios de recurso da administração do Partido dos Trabalhadores, em nível estadual e nacional. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Não canso de me chocar com as coisas que se ouve na Câmara de Vereadores. Eu nunca vi, Ver. Dr. Thiago, o senhor chamar de pretensos médicos quem é formado na Espanha, quem é formado em Portugal, quem é formado na Argentina, quem é formado no Uruguai, e me estranha que o senhor venha a esta tribuna e chame de pretensos médicos quem é formado em Cuba. Não sei se se trata – pretensos médicos, o senhor falou na tribuna e está nas notas taquigráficas, está nas notas taquigráficas! Ah, mas é engraçado, porque os cubanos não têm a formação que o senhor acha adequada, e todos os outros médicos de outros países têm. Basta ser de algum sistema político que o senhor concorde não tem discussão; se é de um País que tem outro processo e outro processo de formação, inclusive, do sistema de saúde, o senhor chama de pretensos médicos! Acho muito grave, muito grave mesmo. E acho muito grave o senhor falar do projeto de um Vereador que trata de violência obstétrica, dizendo que esse Vereador não consultou quem sabe do assunto, que são os médicos. Quem sabe do assunto de parto são as mulheres, desculpa eu lhe dizer, quem pari são as mulheres, eu já cansei de dizer isso na tribuna! E acho que elas têm que ser consultadas. Acho que todos podem ser ouvidos, não se trata de não ouvir os médicos, mas se trata de afirmar quem é o sujeito no processo do parto, e o sujeito são as mulheres! E as mulheres falam das violências obstétricas que já sofreram. A minha mãe foi vítima de violência obstétrica por – eu descobri agora, com quase trinta anos, a situação de quando ela teve o meu irmão num hospital público no Estado do Rio de Janeiro – coisas que ouviu do obstetra: que não doeu para entrar, vai doer para sair; coisas que são violência com uma mulher no processo de parto! É violência ou é o quê? Eu acho – não sou mãe – que seria bom ouvir as mulheres que foram mães. Eu ouço das mulheres que foram mães. Eu ouço, e há relatos muito graves de corte, quando não é necessário, e problemas depois na cicatrização, coisas como estou lhe dizendo com relação às afirmações no momento em que a mulher está com dor. A própria condição do SUS, eu concordo com o que o senhor falou, que o problema também tem que se discutir no SUS, porque é verdade, a falta de espaço faz com que, muitas vezes, seis, sete mulheres estejam na mesma sala em trabalho de parto sem ter um espaço para poder ter uma relação tanto com o acompanhante quanto com o profissional de saúde. Acaba sendo ainda mais difícil esse processo que é doloroso, mas que é um dos melhores momentos da vida, que as mulheres que querem ser mães se preparam e que dizem que é o momento mais lindo de toda a sua vida. Então, acho que é preciso discutir em conjunto, mas colocando os pingos nos is e vendo o problema real dessas coisas que ocorrem tanto em relação ao desejo e à necessidade de garantir o acompanhamento da parturiente em relação aos seus familiares, como os profissionais que elas querem. O Vereador diz aqui na tribuna que o projeto da ex-Vereadora Jussara Cony obrigaria a ter doulas. Não. Permitiria que a mulher que quer ter uma doula, pudesse tê-la quando do seu trabalho de parto. O que se faz é que com a ausência da lei, proíbe-se a mulher de ter doula, e tem gente que quer manter proibido - por incrível que pareça -, mesmo sendo a vontade da mulher! Outras não querem, e quem não quer, nunca vai ser obrigada a ter doula. Quem quer, vai ter o direito de ter doula, ter o parto humanizado. Então acho que é preciso fazer este debate. Fiz este debate no momento

com o Vereador, tivemos embates duros na Câmara, tenho certeza de que teremos outros, pelo visto. Temos mais três pontos aqui de debates.

Por último, comecei dizendo que não tinha ouvido tudo, e eu não me referia a essa polêmica com o Ver. Dr. Thiago. Referia-me à polêmica com a Ver.^a Mônica Leal, que acabou de sair, com o conjunto de absurdos que ela falou na tribuna. Gostaria que a Vereadora ficasse preocupada em discutir e responder o problema dos envolvidos do seu partido na Lava Jato, que tentasse discutir a história que o partido dela tem de vinculação com a Arena, com a tortura, com a ditadura militar, e não dizer o que os militantes do PSOL podem ou não podem fazer. O Ver. Roberto Robaina vai usar a tribuna para falar o que quiser, quando quiser. O João Ezequiel é um líder lutador, combativo, que nos orgulha. Nós temos orgulho da luta do ex-Vereador João Ezequiel. Então, queria dizer para a Ver.^a Mônica Leal que se preocupe em responder pelos atos de corrupção dos integrantes do partido dela e deixe o PSOL conosco, porque nós, sim, vamos discutir o que é melhor para o nosso partido, que não temos dúvida, é ao lado da luta dos trabalhadores, não só apoiando, como também agitando nas nobres causas do povo brasileiro.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Colega Janta; demais colegas Vereadores e Vereadoras; cidadãos e cidadãs, quero aproveitar a oportunidade deste tempo de liderança para relatar duas situações importantes, nas quais estou envolvido há bastante tempo e nas quais conseguimos avançar. É de interesse de todos, mas sempre atuei nas comunidades de baixa renda, junto das pessoas que mais precisam. São 19 anos de caminhada. Temos muito problema de alagamento no bairro Humaitá-Farrapos, isso vem de décadas e vem piorando cada vez mais. Quando vieram os empreendimentos privados, principalmente a Arena do Grêmio, o empreendimento da OAS, os empreendimentos da Rossi e de outras construtoras para a região, piorou mais ainda essa situação dos alagamentos. Temos três problemas cruciais lá: a obra do DNIT junto à Arena do Grêmio que, infelizmente, rompeu um trecho importante do escoamento de água pluvial daquela região. Também a questão da duplicação da Rua Voluntários da Pátria, que rompeu com uma galeria que liga a casa de bombas da Vila Farrapos à casa de bombas da Rua Voluntários, através da Rua Larga. E o terceiro problema é a manutenção das casas de bombas. Nessa última enchente, eu estive lá e depois fui com todo o Governo Marchezan, e fiquei muito satisfeito, porque foi mediado esse encontro do Prefeito com aquela comunidade sofrida, podendo-se mostrar o alagamento do Humaitá-Farrapos. O Prefeito reuniu os seus Secretários Sabino e Ramiro Rosário; combinamos um retorno para a região e fizemos lá no pátio da Escola Famello, na Rua Irmã Maria José Trevisan, onde o Prefeito, conversando mais uma vez com a população, já tinha estado lá no período dos alagamentos comigo e retornou com

soluções para resolver ou amenizar a situação dos alagamentos, que é exatamente executar essa obra da galeria que liga a casa de bombas da Vila Farrapos à casa de bombas da Rua Voluntários e também começar a fazer um trabalho de manutenção da casa de bombas da Vila Farrapos e da Voluntários e ir atrás desses acontecimentos relacionados ao DNIT, que não respeitou a Prefeitura, não respeitou a fiscalização do DEP e acabou rompendo também um importante escoamento de água que saía do loteamento Mário Quintana. Essas medidas são muito importantes para nós, finalmente, termos a condição necessária para que as pessoas da comunidade do bairro Farrapos não sofram mais com as chuvas que acontecem na nossa Cidade.

Então quero agradecer muito ao Prefeito Marchezan, ao Secretário Ramiro e ao Secretário Sabino por essa atenção que, infelizmente, não foi dada na gestão passada, de que eu fiz parte, mas que agora, com medidas pontuais, concretas, nós estamos avançando muito.

Outro tema que também é longo e que foi um grande avanço na semana foi uma reunião de associação de moradores da Vila Liberdade com o Diretor do DEMHAB, Mário Marchezan. O Secretário Mário Marchezan se comprometeu a verificar a questão dos alugueis sociais, mas não prejudicando as pessoas que estão no aluguel social; perseguir e cancelar o aluguel social daqueles que realmente estão cometendo irregularidades, que estão utilizando o recurso do aluguel social como renda familiar, ou que estão fraudando o aluguel social. Dasquelas 500 famílias, 400 ao menos estão no aluguel social e sofrendo, com o não pagamento, o risco de serem expulsas das suas casas, de que saíram por causa do incêndio de janeiro de 2013. Essas 400 famílias vão ter um olhar social da direção do DEMHAB – isso já foi colocado, inclusive, pelo Secretário, junto à imprensa. O Secretário também está empenhado, colocou como prioridade, junto à Caixa Econômica Federal, o projeto da Vila Liberdade, verticalizado, na Rua Voluntários da Pátria, para que finalmente - Ver. Dr. Goulart, o senhor que foi Secretário do DEMHAB, conhece bem essa situação - consigamos realizar esta grande obra no bairro Farrapos, na Rua Voluntários da Pátria, onde vamos construir empreendimentos, via Minha Casa, Minha Vida, verticalizados, para atender mais de 600 moradores da região. Essa vila que vai ser atendida era uma favela, sofreu com o incêndio e vai ser colocada neste empreendimento. E melhor ainda: o Secretário se comprometeu em licitar imediatamente a continuidade da obra da Rua Frederico Mentz, nº 303, que são 82 moradias, também para essas pessoas que sofreram com o incêndio na Vila Liberdade, em janeiro de 2013. Então, são avanços assim, são a sequência de trabalho da gestão passada para essa gestão; essas decisões firmes em relação aos alagamentos da região Humaitá - Farrapos e a vila Liberdade, que quero fazer o registro e agradecer a atenção do nosso Prefeito Marchezan.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, eu estava em meu gabinete, atendendo a uma pessoa, escutei a Ver.^a Fernanda utilizar a tribuna para dizer que não tinha escutado todo o meu pronunciamento, mas que o que escutou era que o meu partido era um partido da ditadura, envolvido com falcatruas e que eu me preocupasse em responder as falcatruas dos integrantes do partido. Pois bem, Vereadora, a senhora não escutou mesmo, porque, se teve um registro que fiz de forma bem enfática, para deixar clara a minha inconformidade quando um Vereador utilizava esta tribuna para falar em período de Pauta e discorria sobre outros assuntos, inclusive generalizando corrupção do partido, da Vereadora essa, do Vereador aquele. Eu disse claramente e vou ler para a senhora, porque eu, como jornalista, tenho o hábito de anotar tudo para não passar despercebido, não me esquecer, assim como anotei a sua fala enquanto estava no gabinete. Eu disse simplesmente o seguinte: sobre os episódios de corrupção que apontaram o Partido Progressista como receptor de propinas do esquema da Petrobras e de outros esquemas e conchavos, registro que, quando passado aquele momento de choque e tristeza, o que nós, Vereadores – esta Vereadora, o Ver. Cassiá Carpes, o Ver. Matheus Ayres, o Ver. João Carlos Nedel –, progressistas da boa política, carregamos no coração uma surpresa e uma tristeza muito grandes. E o desejo que os maus políticos sejam exemplarmente punidos e expulsos do partido. Assim, Ver.^a Fernanda, como também esse é o mesmo sentimento em relação a qualquer ilegalidade ou irregularidade no Município de Porto Alegre, em que inclusive tem alguém do Partido Progressista, nós queremos o mesmo. Só que nós não assinamos, eu, pelo menos, não assino nenhuma CPI em que a Polícia Civil e o Ministério Público já estejam no comando, investigando, porque eu não sou mais do que essas duas instituições. Como eu sou de uma família de advogados – eu não sou advogada –, aprendi isto na minha casa: tem o Ministério Público, tem a Polícia Civil, é palanque político, não há o que nós possamos fazer, eles vão se encarregar.

Foi isso que eu disse nesta tribuna e reafirmo, com muita honra e muito orgulho, eu carrego a boa política, a política de Pedro Américo Leal, que é o cumprimento da lei. Não existe mais ou menos lei, como não tem mulher mais ou menos grávida, assim eu levo a minha vida, é o que norteia a minha vida política e minha vida pessoal. Diante disso, Vereadora, este é o momento ímpar na política brasileira para quem atua por convicções e pelo bem comum, frente aos que atuam por causa própria, às custas do dinheiro público. É um momento difícil, é um momento de desgaste, onde a população está desacreditada. Jamais defenderia um colega corrupto, pois sou uma cidadã e uma Vereadora que não arreda o pé em cumprir a lei. Enfrentar a corrupção não é apenas um princípio partidário, é um dever cívico. Apoio as ações do Ministério Público Federal na operação Lava Jato e almejo que ela sirva de exemplo para que a impunidade para a classe política corrupta comece a ficar no passado e transforme este País definitivamente.

Eu quero dizer que eu sonho com o dia em que o Brasil será conduzido, comandado por gente honesta. Então, eu estive há pouco nesta tribuna para falar exatamente disso, e não aceito que nenhum Vereador utilize esta tribuna para atirar na

minha pessoa, dizendo que eu tenha alguma coisa a ver com quem quer que seja do meu Partido, de ilegalidades, irregularidades ou corrupção. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. DR. GOULART: Sr. Presidente, Vereadoras, Vereadores, amigos que nos ouvem. Imaginem vocês que eu e o Ver. Dr. Thiago vamos ter que, novamente, enfrentar essa colocação de projetos que não têm nenhum significado possível de verdade, que é o atendimento obstétrico. Como numa terra em que fez parto Pedro Costa, Saul Ciulla, Nilo Luz, Letícia Paula que ainda está fazendo partos, como eu posso aceitar esse tipo de projeto? Só vocês lendo o texto do projeto para verem o que o colega diz. Ele diz que, se por acaso, tu chamares a paciente de “Minha querida”, tu podes ser encaminhado para uma queixa no 1º Distrito Policial mais próximo, porque tu estás debochando da paciente. Se a chamares de “Minha boneca” - pior ainda, vais ter que pagar multas e não sei o quê. É um projeto muito estranho, mesmo porque é um projeto que não é cientificamente colocado, como a reclamação do corte lateral na vulva na hora do parto. Muitas pessoas se salvaram pela colocação desse corte no parto chamado episiotomia, porque a criança não conseguia descer no canal de parto e morreria por falta de oxigênio, e, com o corte, a criança consegue nascer. Quanto ao fórceps, tem toda uma ciência para colocá-lo, ele não pode ser colocado em qualquer esquina, em qualquer fenda; ele tem que ser colocado por um profissional que saiba colocá-lo. O fórceps salva as vidas das crianças e das mães.

Nós não podemos reclamar contra a ruptura de bolsa. Quando rompemos a bolsa, um ginecologista-obstetra sabe por que ela tem que ser rompida: é para diminuir a força contra o trabalho de parto que está prejudicando aquela criança. A colocação de soro, de Syntocinon: se por acaso o parto está problemático, é preciso abreviar as horas de parto através de um método simples, que é a colocação do Syntocinon.

Claro, com a experiência que tenho, eu tenho que me preparar para ser mais tranquilo na briga que vamos enfrentar por causa desse mau projeto que o colega apresentou. Mas eu tenho, na minha frente, para gritar bastante para mim e bater palmas para ele, o Ver. Dr. Thiago, que tem sido um baluarte na Medicina, nos arredores de Porto Alegre. Tem seguido muito o que fiz e agora é ele que faz, pois é mais moço e tem mais tempo. Nunca ninguém comenta a maravilha de um médico passar ao lado de uma paciente por cinco, seis horas, ser chamado às 4h da manhã e precisar trabalhar com tranquilidade - isso ninguém diz. Vocês acreditam que os médicos dão nas pacientes, que eles xingam as pacientes? Vocês acreditam nisso?! Isso é uma coisa psicológica, isso é uma coisa que abala. Eu até conclamaria, Ver. Cláudio Janta, para um ou dois Vereadores fazerem uma visita a um plantão do Hospital Fêmina, para verem a maravilha que é o atendimento às crianças.

Então, quero dizer que temos que nos preparar para essa luta. A Ver.^a Sefora Mota apresentou o mesmo projeto, mas o mesmo projeto que esse menino está apresentando, o Ver. Marcelo Sgarbossa. Não adianta fazer ataque aos médicos, nós temos que compreender que de médico e de louco todo mundo tem um pouco. Então, fica sempre o pessoal querendo dar palpite nas coisas dos médicos. Eu só quero dizer que, depois de 5 mil partos que fiz, ser procurado até hoje, depois da aposentadoria, para fazer o parto de centenas de pacientes, alguma coisa de bom teve nesses atendimentos que fiz nesses últimos anos.

E o meu atendimento seguiu sempre o catálogo da ginecologia e da obstetrícia, e o que as pessoas estão falando é porque não conhecem. Eu e o Ver. Dr. Thiago vamos brigar muito, porque ele reapresentou o projeto. E ainda bem que vamos deixar guardado o da ex-Vereadora Jussara Cony e o da ex-Vereadora Sefora Motta, porque iam discutir coisas completamente impossíveis de acontecer. Ou os médicos vão trabalhar pelo mal? Então, as guriinhas não querem que digamos que quem entende de parto é só mulher, eu digo: quem entende muito de perto são as mulheres obstetras, as parteiras todas um pouquinho também.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h17min.)

* * * * *